

Diário do Legislativo de 09/05/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 34ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 25ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.310 a 3.315/2009 - Requerimentos nºs 3.754 a 3.765/2009 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Administração Pública, de Educação, de Política Agropecuária e do Trabalho e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Eros Biondini, Domingos Sávio, Tenente Lúcio, André Quintão e Weliton Prado - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Vanderlei Miranda, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.310/2009

Dá a denominação de Rodovia Milton Leão Coelho ao trecho que liga o Município de Itacambira a Juramento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Rodovia Milton Leão Coelho o trecho que liga o Município de Itacambira a Juramento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2009.

Carlos Pimenta

Justificação: O nosso homenageado, o médico Milton Leão Coelho, foi sem dúvida uma das figuras mais notáveis e importantes na história da cidade de Itacambira. Nascido em 1910, desde os 7 anos de idade frequentava, em companhia de seu pai, o tropeiro e boiadeiro Juca Leão, as redondezas do Mercado Central de Montes Claros, cidade de que aprendeu a gostar como se fosse sua terra natal. Em 1928, iniciou seus estudos no Seminário Diocesano, em Montes Claros. Em 1940, após cursar um ano da Faculdade de Direito, resolveu fazer vestibular para Medicina em Belo Horizonte. Foi o primeiro itacambirense a se formar em Medicina.

Em 1950, o único meio de comunicação na cidade de Itacambira, Distrito de Grão-Mogol, era o cavalo. As tropas e as boiadas representavam toda a força econômica regional. A vida socioeconômica da região e circunvizinhanças dependia do relacionamento comercial com Montes Claros. Nesse mesmo ano, com residência fixada em Belo Horizonte, Milton recebeu a notícia de que sua mãe estava muito doente e que precisava ser transportada para Montes Claros a fim de receber cuidados médicos. Sem estrada, o transporte foi feito pelos moradores em uma padiola até a cidade de Juramento, que já dispunha de um caminho rodoviário. Foi esse ato de solidariedade que acendeu em Milton Leão Coelho o desejo de construir uma estrada de rodagem ligando Itacambira a Montes Claros, com o objetivo de ajudar a população carente a ter acesso a médicos.

Ainda em 1950, o médico Milton Leão Coelho deixou para trás todos os seus afazeres em Belo Horizonte, onde havia fixado residência. Partiu em busca de soluções para resolver o maior problema que afligia a população itacambirense: a falta de uma estrada. Procurou o então Prefeito de Montes Claros, seu amigo Alfeu Quadros, e em seguida foi ter-se com o Governador de Minas, também seu amigo, Milton Campos, que imediatamente emitiu a ordem de serviço para a construção da estrada Montes Claros/Itacambira, e a verba foi liberada. Com a verba em mãos e a colaboração de toda a população, a estrada foi construída, e o sonho do médico Milton Leão Coelho foi realizado. O nosso homenageado faleceu aos 92 anos.

Pelo exposto, entendemos ser justa e oportuna a homenagem ao grande médico, lembrado e respeitado até hoje em toda a região. Portanto, solicitamos aos nobres colegas o apoio à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.311/2009

Declara de utilidade pública a entidade Movimento Unificado Negro de Divinópolis - Mundi - com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Movimento Unificado Negro de Divinópolis - Mundi - com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2009.

Doutor Rinaldo.

Justificação: Fundado em 4/3/2007, o Movimento Unificado Negro de Divinópolis - Mundi - tem sede em Divinópolis. Sua diretoria é composta de pessoas de reconhecida idoneidade moral e não são remunerados pela função que exercem.

É uma entidade civil de direito privado, composta de um número ilimitado de sócios, sem fins lucrativos, que tem como finalidades, entre outras, a execução de programas de qualificação profissional do trabalhador e a inclusão da pessoa negra no mercado de trabalho através da educação do resgate de conhecimentos tradicionais e do artesanato. Também promove ações que contribuam para manter viva a memória cultural e religiosa afro-brasileira, a divulgação da arte e da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico visando à valorização da raça negra. A entidade não faz nenhum tipo de discriminação no desenvolvimento de suas ações.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto de lei por atender plenamente aos requisitos legais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.312/2009

Reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades do Lions International localizadas em Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam reconhecidos o relevante interesse coletivo, a importância social de suas obras e a utilidade pública das unidades do Lions International localizadas em Minas Gerais.

§ 1º - A declaração de utilidade pública de cada Lions Club, unidade autônoma e dotada de personalidade jurídica própria, se fará por lei específica, na forma da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998.

§ 2º - O reconhecimento de que trata o "caput" é extensivo às associações constituídas em Minas Gerais pelas esposas dos membros integrantes do Lions - as chamadas domadoras -, dedicadas à assistência dos necessitados, as quais serão declaradas de utilidade pública conforme o disposto no § 1º.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2009.

Hely Tarquínio

Justificação: Fundado em Chicago, nos Estados Unidos, em 1917, por Melvin Jones e outros, o Lions Clubs International tem oferecido a empresários e profissionais um meio de compartilhar o seu sucesso, ajudando os desfavorecidos. A associação tornou-se internacional quando um clube foi organizado no Canadá, em 1920.

Atualmente, existem mais de 46.000 Lions Clubs, espalhados por 202 países. São aproximadamente 1,3 milhão de voluntários, realizando exames de vista e de saúde, construindo parques, apoiando hospitais oftalmológicos, concedendo bolsas de estudos, auxiliando jovens e fornecendo ajuda em momentos de catástrofes.

Cada Lions Club é uma sociedade civil com fins não econômicos, de duração indeterminada, filiada à Associação Internacional de Lions Clubes, conforme estabelecem seus estatutos.

Peço, pois, o apoio de meus pares para aprovação deste projeto de lei, que propõe o justo reconhecimento dos fundamentos éticos e das obras sociais do Lions em Minas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.313/2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do peso drenado em produtos embalados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Todos os produtos embalados, medidos sem a presença do consumidor, em condições de comercialização e com adição de líquido para conservação, deverão conter, de forma adequada e clara, informação do peso drenado, conforme metodologia estabelecida pela Portaria do Inmetro nº 89, de 13 de março de 2008.

Parágrafo único - Entende-se por peso drenado a quantidade do produto declarada na rotulagem da embalagem, excluindo-se esta e quaisquer líquidos, soluções, caldos, vinagres, azeites, óleos ou sucos de frutas e hortaliças, de acordo com a regulamentação vigente.

Art. 2º - As informações de que trata esta lei deverão estar impressas nas embalagens em caracteres com o mesmo destaque e tamanho daqueles utilizados para informar o peso líquido.

Art. 3º - A infração às disposições desta lei acarretará ao responsável a pena de multa no valor de 500 Ufemgs (quinhentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), dobrada em caso de reincidência, sem prejuízo das demais sanções que a legislação cominar.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2009.

Ruy Muniz

Justificação: Inicialmente, cumpre ressaltar que a matéria em tela insere-se na competência legislativa estadual, na medida em que compete aos Estados legislar concorrentemente sobre produção e consumo (art. 24, V, da Constituição Federal). Verifica-se, igualmente, que, conforme o art. 24, inciso VIII, da mesma Constituição, compete aos Estados legislar sobre assuntos referentes à responsabilidade por danos causados ao consumidor. Assim, com base nessas premissas, também cabe ao Estado legislar sobre a matéria objeto desta proposição.

Uma série de matérias jornalísticas dá conta de que o consumidor do Estado vem sofrendo verdadeiro abuso no que tange à falta de informação necessária para a compra de produtos. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, este tem direito à informação sobre o que está de fato comprando. Porém, não há nas embalagens informação sobre o peso líquido drenado, ou seja, o peso do alimento com o líquido devidamente escorrido. Este é o grande problema encontrado pelo consumidor de alimentos. Os congelados, por exemplo, seguindo orientação da lei, informam apenas o peso líquido abatendo-se o da embalagem, o que, em última análise, não é uma informação útil. O consumidor pensa que está levando 2kg de peixe, quando na verdade grande parte do peso é representada pela água existente na embalagem, necessária para a melhor conservação do alimento. A divulgação isolada do peso líquido serve apenas para ludibriar os consumidores.

A medida que propomos tem por escopo não confundir o consumidor e colocá-lo no mesmo nível de proteção dos mercados consumidores americanos e europeus, adequando os produtos às exigências metroológicas neles vigentes.

Diante do exposto e considerando o legítimo interesse público da proposição, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.314/2009

Declara de utilidade pública o Instituto Presbiteriano Êxodo - IPÊ -, com sede no Município de Timóteo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Presbiteriano Êxodo - IPÊ -, com sede no Município de Timóteo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2009.

Wander Borges

Justificação: A Constituição da República e a Lei nº 8.742, de 1993, definem a assistência social como política voltada para a proteção à família, à gestante, à infância, à adolescência e ao idoso, ao amparo às crianças e adolescentes carentes, à integração no mercado de trabalho e à reabilitação e integração das pessoas portadoras de deficiência. A assistência social configura-se como política não contributiva, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, pautando-se pelos princípios da universalidade da cobertura e do atendimento, da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Mencione-se, aliás, que a assistência social apresenta interface com diversas políticas públicas, envolvendo, em seus processos tático-operativos, ações de entidades públicas e privadas que visem contribuir para a redução dos altos níveis de desigualdade social com que o país convive.

Destarte, diante da necessidade da redução das desigualdades sociais, a sociedade civil organizou-se e, em 28/2/2007, constituiu o Instituto Presbiteriano Êxodo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza beneficente e de promoção social.

A entidade em comento apresenta as seguintes finalidades estatutárias: promoção de assistência social, desenvolvimento de ações socioeducativas, prestação de orientação e apoio sociofamiliar, oferecimento de cursos profissionalizantes, atenção e incentivo à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, defesa do meio ambiente. Esses objetivos são alcançados por meio do desenvolvimentos dos projetos Informática Cidadã e Sol Maior - de iniciação musical -, além do oferecimento de curso de inglês e apoio educacional.

Como visto, a associação presta relevantes serviços à comunidade, uma vez que desenvolve ações que visam atender às crescentes demandas das pessoas em situação de vulnerabilidade social ou econômica, tendo como propósito contribuir para seu desenvolvimento humano e promover sua inclusão social.

Diante do exposto, pacífico é o fato de que o Instituto Presbiteriano Êxodo busca a construção de uma sociedade mais democrática, baseada em um conceito de desenvolvimento que abrange a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, culturais, ambientais, civis e políticos.

Cumpridos assim todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento do nobre trabalho desenvolvido pela entidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.315/2009

Declara de utilidade pública o Instituto de Artes Lagar, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Artes Lagar, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de maio de 2009.

Tenente Lúcio

Justificação: O Instituto de Artes Lagar, entidade sem fins lucrativos fundada no Município de Uberlândia, em 2007, tem como finalidade a valorização e o desenvolvimento do ser humano.

Para a consecução de seu propósito, a entidade administra biblioteca, escola de alfabetização, e cursos profissionalizantes, para possibilitar o acesso de jovens ao primeiro emprego e a inclusão social, além de ações socioeducativas complementares à escola formal; realiza reuniões com fins educativos, beneficentes e culturais, envolvendo atividades circenses, de artes cênicas, música, dança de rua, oficina de artes em trabalhos artesanais e outras atividades culturais, visando à promoção da cidadania e à inclusão social; orientação sobre saúde, educação, cultura, preservação do meio ambiente e valores universais como direito à vida, à liberdade e à dignidade; promove a distribuição de alimento, vestuário e medicamentos a moradores de rua, andarrilhos e carentes dos bairros periféricos, encaminhando-os, quando necessário, a entidades para reabilitação.

Ainda em defesa dos interesses das populações menos favorecidas, presta serviço de radiodifusão e televisão comunitária, com a criação de materiais videográficos e fonográficos

Diante da importância das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Artes Lagar, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei, que pretende declará-lo de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.754/2009, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de providências para isenção da taxa de ligação da rede de esgoto sanitário doméstico nas cidades de baixo IDH das regiões que menciona. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 3.755/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulada manifestação de apoio ao Projeto Minas Digital. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.756/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cristina pelo transcurso do 235º aniversário de fundação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.757/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado, Márcio Luiz Vieira Baesso, Coordenador Regional da Defensoria Pública de Juiz de Fora, Luis Antônio Barroso Rodrigues, Coordenador Local da Defensoria Pública de Juiz de Fora, e a Sra. Jeanne Pereira Barbosa, Subdefensora Pública-Geral, pela implantação do projeto de ação estratégica na área de execução penal em Minas Gerais. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.758/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências com vistas à destinação, em caráter de urgência, de viaturas para o Município de Patrocínio bem como com vistas à promoção de ações para o aumento do efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.759/2009, do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Educação pedido de providências com vistas à criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Município de Águas Formosas. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.760/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Estado pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade da estruturação de um batalhão dessa corporação no Município de Patrocínio. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.761/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Joelma Matos Medeiros pelo 12º aniversário da agência de publicidade Articulação C&M. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.762/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT pedido de providências para realização de estudos sobre as intervenções necessárias no Km 596 da BR-040, na travessia do Bairro do Pires, no Município de Congonhas, a fim de garantir segurança ao local.

Nº 3.763/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do DNIT pedido de providências para realização de estudos sobre as intervenções necessárias no Km 587 da BR-040, a fim de desobstruir a entrada do sítio denominado Braga, no Município de Congonhas.

Nº 3.764/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para atendimento das necessidades das famílias atingidas pelas enchentes de 31/12/2008 e 22/1/2009, residentes na Vila Teresa Cristina, antiga Sapolândia.

Nº 3.765/2009, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja criada uma comissão, composta por membros das comunidades beneficiadas e do Movimento Barreiro Vivo, para acompanhamento das obras que serão realizadas na região do Barreiro.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Administração Pública, de Educação, de Política Agropecuária e do Trabalho e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Eros Biondini, Domingos Sávio, Tenente Lúcio, André Quintão e Weliton Prado proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.762 a 3.765/2009, da Comissão de Transporte. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 6/5/2009, dos Requerimentos nºs 3.622/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.660/2009, do Deputado Carlos Pimenta; de Administração Pública - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 6/5/2009, do Requerimento nº 3.625/2009, do Deputado Weliton Prado; de Educação - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 6/5/2009, do Projeto de Lei nº 3.074/2009, do Deputado Rômulo Veneroso, e dos Requerimentos nºs 3.616/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, 3.645, 3.646 a 3.650, 3.652 e 3.653/2009, da Comissão de Participação Popular; de Política Agropecuária - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 5/5/2009, do Requerimento nº 3.615/2009, do Deputado Carlos Pimenta; e do Trabalho - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 6/5/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.118/2009, do Deputado Fahim Sawan, 3.120/2009, do Deputado Weliton Prado, 3.124/2009, do Deputado Juninho Araújo, e 3.140/2009, do Deputado Tiago Ulisses, e dos Requerimentos nºs 3.601 e 3.620/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.662/2009, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.243 e 2.358/2008, 3.008 e 3.057/2009 e, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.621 e 1.689/2007, 2.324, 2.343 e 2.577/2008, uma vez que permaneceram em ordem do dia por 6 reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 11, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/5/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Relatórios: Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda; discurso do Deputado Almir Paraca; questão de ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Weliton Prado; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Discussão e Votação de Relatórios

O Sr. Presidente - Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda, incluído em ordem do dia nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno. Continua em discussão o relatório. Com a palavra, para discutir, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, queremos trazer à discussão o Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda, trabalho extraordinário, muito discutido. Para nós, essa discussão é fundamental porque é simbólica. Representa algo que acompanha os trabalhos desta Casa e não apenas da Comissão de Meio Ambiente; acompanha a discussão do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais, associado ao setor econômico, o mais importante do Estado.

O próprio nome de Minas Gerais tem esse vínculo direto com o setor da mineração, e hoje assistimos ao impacto da crise econômica mundial no Estado de Minas Gerais exatamente em função da importância da mineração, da metalurgia e das indústrias de transformação associadas a esses setores para o nosso Estado. Portanto, Sr. Presidente, o relatório final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda foi um dos trabalhos importantes dos últimos tempos nesta Casa.

E hoje, na nossa Assembleia, estamos diante de uma situação que consideramos, no mínimo, pouco comum, para não dizer inusitada. O relatório final foi apresentado. Foi muito bem concluído, finalizado e aprovado, e depois, logo imediatamente após sua publicação e divulgação, tivemos um episódio que causou estranheza para a nossa Bancada do PT. O relatório foi objeto de uma questão judicial envolvendo o Ministério Público, que impôs penalidade a uma das grandes empresas de mineração do Estado, utilizando como argumento exatamente a matéria desse relatório, que, no ponto central, recomendava, até a versão final da legislação para orientar todo esse processo, não só a ocupação das Serras da Calçada e da Moeda, mas a exploração de todas as suas riquezas. Recomendava, de maneira especial, em relação aos processos de licenciamento em curso, a suspensão de todo licenciamento que não estivesse concluído até a consolidação da legislação. Acharmos estranha a decisão da utilização de um relatório, por mais importante que seja, como realmente é, como subsídio para uma tomada de decisão dessa ordem, uma vez que o relatório não é uma lei; ele subsidia e orienta a confecção de uma legislação. Portanto, achamos que foi inadequada, inapropriada, indevida sua utilização pelo Ministério Público, bem como o acatamento por parte do Juiz que tratou da matéria.

Depois desse episódio, ao relatório é apresentada uma errata, e aqui queremos dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que discordamos da forma de apresentação dessa errata, como também do seu conteúdo.

Portanto, em nome da Bancada do PT e também do Deputado Carlin Moura, do PCdoB, queremos encaminhar contrariamente a votação, deixando muito claro que nossa posição diverge na forma e no conteúdo da errata apresentada ao relatório. Acreditamos que é fundamental discutir melhor encaminhamentos dessa natureza, pois uma matéria que é fruto de ampla discussão, que é de interesse de vários colegas desta Casa e que contou com a colaboração de muitos Deputados para compor a comissão especial não pode receber um tratamento dessa ordem.

Questão de Ordem

O Deputado Almir Paraca - Feito o encaminhamento, Sr. Presidente, gostaríamos de solicitar o encerramento, de plano, da reunião por falta de quórum.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Cumprimento a todas e a todos. É fundamental aprofundarmos esse tema importante, que está sendo discutido nesta Casa há vários anos. Foi formada uma comissão especial para discutir a questão das Serras da Calçada e da Moeda, principalmente em relação à degradação do meio ambiente. No relatório final, ficou clara a importância de tomarmos providências urgentes para garantir a preservação da área do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, sem nenhuma redução, e a criação de uma reserva particular de patrimônio natural. É fundamental a criação de uma reserva de patrimônio natural em parte da Serra da Calçada. Foram duas das principais recomendações do relatório da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda. O documento final foi aprovado no dia 2/4/2009; o relator foi o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O relatório foi devolvido ao Plenário atendendo a requerimento de oito parlamentares. O requerimento foi aprovado no dia 16 de abril. O que diz o documento? Ele determina a criação de uma política específica para a Serra da Moeda, área importante de recarga de aquíferos e alimentação de mananciais utilizados para abastecimento público da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apresenta ainda duas propostas de mudança da legislação. Na conclusão do relatório, foi apresentado um substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 16. O substitutivo propõe que as Serras da Moeda e da Calçada passem a constituir um patrimônio ambiental do Estado. Então é a garantia de que a Serra da Moeda e a Serra da Calçada sejam um patrimônio ambiental do Estado, envolvendo toda a proteção estadual no que diz respeito à fiscalização e aos recursos necessários para essa fiscalização, todo um acompanhamento para a preservação desse patrimônio, o que já vem tarde, pois essas providências já poderiam ter sido tomadas há muito tempo. Fica aqui nosso questionamento em relação ao governo do Estado, que infelizmente é muito lento, só toma providências após mobilização e sob pressão. Se

não houver pressão, as coisas não acontecem no nosso Estado. São questões importantes, como a preservação do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, das Serras da Calçada e da Moeda. Já deveria haver uma política discutida e construída por esta Casa e aprovada há muitos anos, o que infelizmente não aconteceu por lentidão do governo. O governo tem de agilizar as questões ambientais do Estado. Vimos cobrando isso há muito tempo. O exemplo é a questão da Copasa. É inaceitável, é inadmissível que a Companhia de Água e Esgoto de Minas Gerais, a Copasa, jogue todo o esgoto sanitário da cidade - a Copasa é responsável por atender 611 cidades no tocante a água e esgoto - nos lagos e nos rios, poluindo águas que poderiam servir para o abastecimento de água potável para a população. Então a Copasa contamina os rios e os lagos. A preservação da Serra da Calçada e da Serra da Moeda deveria ser prioridade para o governo, da mesma maneira que a questão ambiental em relação à Copasa. Não tenho dúvidas de que hoje a Copasa é a maior responsável no Estado pela degradação do meio ambiente, pois contamina os mananciais, os rios e os lagos, nos quais joga todo o esgoto. E cobra valores absurdos em relação à conta de água. Aliás, cobra taxa de esgoto, até na zona rural, onde o que existe é fossa. Muitas vezes, as pessoas não dispõem nem de energia elétrica, mas têm fossa. Não contam com ligação de água, mas a Copasa cobra pelo tratamento de esgoto, o que é um verdadeiro absurdo. Ou seja, cobra pelo tratamento de esgoto, sem que elas tenham esse tratamento.

Especificamente em relação à preservação do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e das Serras da Calçada e da Moeda, com certeza, formas de preservação especial serão garantidas por meio das ações que iremos tomar, do ponto de vista legal, em toda a área ou pelo menos em parte dela, transformando-a em patrimônio ambiental. Aliás, é fundamental transformá-la em patrimônio ambiental. Somente dessa forma será possível que a utilização, mesmo quanto ao uso dos recursos naturais, seja regulamentada por meio de lei, em condições que assegurem a conservação e a proteção dos sítios, de valor arqueológico, paleontológico, ecológico, histórico, científico e cultural. Essa é outra medida que garantirá a importância de um projeto de lei que determina a criação pelo Executivo de um modelo de gestão para as Serras da Moeda e da Calçada. Isso fará com que o governo, além de garantir os recursos estruturais e financeiros, escolha o pessoal para fazer essa fiscalização. Que todas essas determinações e regras a serem seguidas sejam garantidas em lei, justamente para preservar o patrimônio histórico, arqueológico e cultural dessas serras.

O relatório também apresentou diversas recomendações à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Parabens ao Secretário de Meio Ambiente do Estado pelo trabalho realizado, apesar de ainda faltar política nessa área. Se formos escolher cinco áreas em que o governo de Minas deixa muito a desejar, podemos citar, em primeiro lugar, a saúde, cujo déficit é muito grande. As pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais por falta de consultas e de remédios. É uma dificuldade, um sofrimento terrível. Citamos, ainda, as áreas sociais, cujos investimentos feitos pelo governo do Estado são muito pequenos. Na educação, além do aspecto da qualidade do ensino médio, os salários dos servidores são baixíssimos. De todos os Estados da Federação, Minas Gerais é o que pior remunera os servidores. O governo, na área da educação, está sendo péssimo. A outra área é a da segurança pública, outro gargalo do governo do Estado, que, infelizmente, não cria o fundo estadual de segurança pública. Os Prefeitos têm de ajudar na manutenção dos veículos das Polícias Civil e Militar. Na verdade, tem de ajudar até com gasolina, se não com tudo.

Estivemos em Patrocínio, na semana passada, cidade de quase 100 mil habitantes, onde não há nenhum perito. Como uma cidade com quase 100 mil habitantes não tem um perito? Quantos peritos existem em Patrocínio? Nenhum. É por isso que digo que o Estado deixa muito a desejar na segurança pública. Além do mais, não se paga auxílio-periculosidade aos policiais civis e militares, aos agentes penitenciários e ao efetivo do Corpo de Bombeiros, apesar de isso constar na Constituição do Estado. Eles não cumprem a Constituição.

O outro gargalo é justamente na área ambiental, e estamos discutindo o projeto que cria as Serras da Calçada e da Moeda. Na área ambiental, o governo também deixa muito a desejar. Quanto a esse relatório que agora encaminhamos para votação, o governo deveria tê-lo apreciado e nós deveríamos tê-lo votado não agora, mas há cinco anos. O governo é lento feito uma tartaruga anestesiada. Desse jeito não dá.

Se olharmos a aplicação de recursos na área do meio ambiente, veremos que isso é muito pouco, é quase nada perto do Orçamento de quase R\$40.000.000.000,00.

O governo deixa a desejar na área ambiental, ainda que o meio ambiente hoje seja uma das maiores preocupações de todas as lideranças mundiais. Infelizmente, no Estado de Minas Gerais, o meio ambiente é tratado sem nenhuma consideração. Gostaria de parabenizar todos os que estão discutindo os problemas do Rio São Francisco e debatendo questões ambientais, com as quais estão preocupados, diferentemente do nosso governo.

Gostaria de terminar dizendo que o debate tem de ser aprofundado. Há o problema do esgoto, que é jogado nos rios e nos lagos, questão essa que é muito séria e necessita ser discutida em todo o Estado. Em grande parte das cidades, a responsabilidade é da Copasa.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião, tendo em vista não mais haver quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 6, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/4/2009

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros, Gil Pereira e Delvito Alves, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gil Pereira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão e comunica o recebimento do ofício do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.156/2008. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.763/2007, em 1º turno, avocando a si a relatoria da proposição. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes e Délio Malheiros (2), em que solicitam sejam realizadas audiências públicas para discutir questões relativas ao pagamento de condomínio nos shopping centers, cujo valor é repassado ao consumidor, e debater sobre questões relativas ao financiamento da casa própria; e Carlin Moura, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte e a Confederação Nacional das Câmaras de Dirigentes Lojistas a proposta de regulamentação dos cartões de crédito pelo Banco Central. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2009

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura e João Leite (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvin, Subsecretário da Casa Civil, publicado no "Diário do Legislativo" de 18/4/2009. A Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.074/2009, em turno único, para o qual designou como relator o Deputado Carlin Moura. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.080/2009 (relator: Deputado Deiró Marra), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.586; 3.599; 3.600 e 3.612/2009. Registra-se a presença do Deputado Deiró Marra, que assume a Presidência da reunião. Neste momento, ausenta-se da reunião o Deputado João Leite. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.642/2007, 2.871/2008, 2.959, 2.961, 2.963, 2.964, 2.965, 2.967, 3.038, 3.041, 3.065 e 3.069/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Lúcia Mendonça em que solicita reunião de audiência pública para homenagear os alunos da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae, com sede em Belo Horizonte, pela conquista do bicampeonato no Desafio Internacional de Empreendedorismo, o "Global Business Challenge", e dos Deputados Carlin Moura em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação, à Superintendência Regional de Ensino Metropolitana "B", à Diretoria da E.E. Laurita de Melo Moreira e à Comissão Municipal de Cadastro de Matrícula de Contagem pedido de providências para solucionar problema relacionado à distribuição de vagas na mencionada Escola, conforme abaixo-assinado de pais de crianças residentes no Bairro Novo Progresso, no Município de Contagem; seja anexado ao Projeto de Lei nº 2.215/2008 "Manifesto dos Servidores Públicos Administrativos das Superintendências Regionais de Ensino e Unidade Central da Secretaria de Estado da Educação"; Deiró Marra em que solicita seja encaminhado ao Vice-Governador do Estado pedido de concessão de reajuste salarial aos servidores que atuam nas Superintendências Regionais de Ensino, conforme documento entregue a essa autoridade quando de sua visita ao Município de Patrocínio no dia 27/4/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva - Gláucia Brandão.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2009

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Getúlio Neiva e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.817/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.937, 2.946/2008, 3.006, 3.032 e 3.036/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2009

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 573 e 798/2008 (relator: Deputado João Leite); 572/2008 (relator: Deputado Carlin Moura, em virtude de redistribuição) e 581/2008 (relator: Deputado Carlin Moura), na forma dos requerimentos apresentados. Após discussão e votação, são rejeitadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 577 (relator: Deputado André Quintão); 773, 877, 885 e 1.027/2008; relator: (relator: Deputado João Leite); e 979/2008 (relator: Deputado Carlin Moura). A Proposta de Ação Legislativa nº 864/2008 é retirada de pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja encaminhada à Câmara dos Deputados manifestação de repúdio pelo Projeto de Lei nº 4.022/2008, que fixa o salário mínimo dos Assistentes Sociais, tendo em vista que o piso salarial defendido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFESS - é de 10 salários mínimos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2009.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Eros Biondini.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 11/5/2009, destinada à comemoração do Dia da Independência do Estado de Israel.

Palácio da Inconfidência, 8 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 864/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 864/2008, de autoria do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE -, sugere a alteração da finalidade da Ação 4303 - Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio - para "Melhorar a eficiência do ensino médio, ampliando o atendimento dos alunos em idade própria, aumentando as taxas de conclusão e elevando as metas físicas e financeiras da ação até o atendimento de 100% da demanda".

A proposta foi apresentada nas audiências públicas realizadas por esta Comissão nos dias 5, 6 e 7/11/2008, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.785/2008, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2008-2011.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/11/2008, vem a proposta em análise a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe sugere acrescentar à descrição da finalidade da Ação 4303 objetivos relacionados ao aumento dos recursos e metas previstas e ao atendimento da demanda pelo ensino médio.

A definição de indicadores, na formulação de determinada política pública, tem por escopo permitir o acompanhamento, a avaliação e a correção de rumos acerca dos objetivos definidos nos diferentes níveis de planejamento governamental.

O Promédio é um programa estratégico que visa à melhoria de indicadores do ensino médio em Minas Gerais, tais como a proficiência dos alunos, o rendimento, o fluxo escolar e a distorção idade-série, para elevar as taxas de conclusão desse nível de ensino.

A proposta em análise, por conseguinte, não traz inovação ao alcance do programa, que já tem o objetivo não só de universalizar o ensino médio, mas também de aperfeiçoar a qualidade do ensino, alcançando tanto o segmento de alunos na faixa etária própria quanto os jovens e adultos que se encontram fora dessa faixa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo não-acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 864/2008.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2009.

André Quintão, Presidente - João Leite, relator - Carlin Moura - Eros Biondini.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.190/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede no Município de Leandro Ferreira.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.190/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, com sede no Município de Leandro Ferreira.

A finalidade primordial da Associação é produzir programas culturais, educativos e informativos de interesse da sociedade. Dessa maneira, presta serviços de utilidade pública, estimula a prática do lazer e da cultura e promove o melhor convívio social. Também representa organizações populares e cooperativas em órgãos públicos responsáveis pelo setor de telecomunicações.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.190/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2009.

Djalma Diniz, relator.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 7/5/2009, a seguinte comunicação:

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Luís Moraes Cardoso, ocorrido em 7/5/2009, no Município de Jacutinga. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a comunidade de Corinto pelo transcurso do 85º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.526/2009, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com o Sr. José Milton, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, por sua eleição para o cargo de Presidente da Associação Mineira de Municípios - AMM (Requerimento nº 3.529/2009, do Deputado Walter Tosta);

de congratulações com o Sr. José Milton, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, pela posse como Presidente da Associação Mineira de Municípios (Requerimento nº 3.549/2009, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar por sua posse à frente da Agência Metropolitana de Belo Horizonte (Requerimento nº 3.551/2009, do Deputado Neider Moreira);

de congratulações com a comunidade de Senador Amaral pelo transcurso do 17º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.554/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação do Sagrado Coração de Jesus, de Governador Valadares, pelo lançamento da pedra fundamental do Mosteiro Coração de Jesus, no Pico do Ibituruna (Requerimento nº 3.564/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso à empresa Transimão Turismo Ltda. por seus 37 anos de fundação (Requerimento nº 3.566/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao 25º Batalhão de Polícia Militar, de Sete Lagoas, por seus 13 anos de fundação (Requerimento nº 3.567/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Ferrous Brasil pelo lançamento da pedra fundamental de seu Centro de Pesquisas Tecnológicas (Requerimento nº 3.578/2009, do Deputado Neider Moreira);

de aplauso à Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC - pelos relevantes serviços prestados na área de telecomunicações (Requerimento nº 3.589/2009, do Deputado Doutor Viana).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/4/2009

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, Deputada Cecília Ferramenta; saúdo também o telespectador da TV Assembleia e a todos os presentes nesta reunião da Assembleia de Minas.

Sr. Presidente, queria propor uma reflexão nesta tarde, da tribuna desta Casa. O Conselho Nacional de Justiça realizou recentemente um levantamento nas comarcas de todo o Brasil e concluiu que 33% da população carcerária brasileira já cumpriu sua pena e ainda se encontra encarcerada, em alguns casos, por até oito meses. Essa informação surpreendeu a sociedade brasileira porque expõe a fragilidade do sistema de execução das penas, evidencia o alto custo de um sentenciado e confirma a dificuldade de inserir no sistema penitenciário um condenado com sentença definitiva, gerando a sensação de impunidade.

Em Minas Gerais, a Assembleia, por iniciativa especialmente de seu Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, movimentou-se e instituiu uma comissão especial para, em 60 dias, fazer um diagnóstico da situação da execução das penas no Estado e propor soluções. O Deputado Durval Ângelo, aqui presente, foi autor também do requerimento que possibilitou esse trabalho, que está sendo realizado pela Assembleia.

É do conhecimento de todos o crescente clamor da população pela adoção de medidas mais duras contra a criminalidade. Por conta disso, nunca se prendeu tanta gente no Brasil. Deparamos com um número assustador: entre 1995 e 2005, a população brasileira aumentou 19,6%; já a população carcerária subiu incríveis 142,9%, ou 7,2 vezes mais que o aumento da população. Um condenado custa aos cofres do Estado, em média, R\$2.300,00 mensais. Se, por um lado, nunca se prendeu tanto e se construíram tantos presídios, por outro, nunca se gastou tanto com presos. Temos de nos perguntar qual o limite razoável para se investir em cadeias. Realmente, é possível recuperar esses milhares de condenados? Por que não atuar preventivamente para evitar termos uma sociedade amedrontada, milhares de vidas perdidas e um Estado carcerário?

Em busca dessas respostas, a Comissão Especial de Execução das Penas está conversando com Juizes, Promotores, Defensores Públicos, policiais civis e militares, Pastorais Carcerárias, Prefeitos, Vereadores, movimentos sociais, em todo o Estado, para apresentar sugestões que atenuem essa situação dramática. É importante agradecer todo o apoio que a Comissão tem recebido do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias, da Secretaria de Defesa Social, do Secretário Maurício Campos e do Subsecretário Genilson Zeferino.

A triste realidade desse fenômeno social não está restrita ao Brasil. No mesmo período, o número de habitantes japoneses subiu apenas 2,1%; já o número de presos aumentou 63,8%, ou 30 vezes mais. Nos Estados Unidos, a população aumentou 12%, e o número de presos 103,4%. Hoje os norte-americanos têm 2,8 milhões de detentos, algo inédito no planeta. Apurou-se que um em cada 37 norte-americanos está ou já esteve na cadeia. Os custos dessa política são astronômicos. Projeta-se para os próximos quatro anos um gasto de US\$27.500.000.000,00 apenas com a construção e a manutenção de prisões.

Na Europa, a Inglaterra experimenta o fracasso da mesma política. Em suas prisões lotadas registram-se 600 incidentes sérios a cada semana, incluindo mortes, agressões e fugas. A falta de vagas nas cadeias é tamanha que já se sugeriu até a construção de prisões flutuantes, mais baratas. Algumas prisões inglesas, buscando reduzir custos, estão fechando nos finais de semana e deixando os presos pelas ruas, conforme anunciou o governo britânico no ano passado.

Na França, o quadro não é diferente. A taxa de ocupação dos presídios é de 124%, mas, em alguns estabelecimentos, chega a 200%. Já se planeja a soltura antecipada de 10 mil condenados. Na Rússia, 878 mil criminosos são mantidos em prisões superlotadas. Na China, apesar de todas as penas de morte executadas, 1,55 milhão de pessoas se acotovelam em prisões superlotadas. A verdade é que a idéia das prisões modernas, nascida na Inglaterra há aproximadamente 200 anos, não deu certo. Há que partir para algo novo. Talvez seja o momento de estudarmos mais o criminoso e o conceito de segregação, criar novos tipos de punição, tratamento e prevenção que aliviem e preservem a sociedade em vez de sobrecarregá-la ainda mais.

Essa Comissão tem uma responsabilidade muito grande. Hoje, na reunião ordinária da Comissão Especial de Execução das Penas, por solicitação do relator, Deputado Durval Ângelo, essa Comissão se avistará com o Presidente da Câmara dos Deputados, o relator da mudança do Código de Processo Penal e o Presidente do STF.

Temos muito trabalho pela frente, mas grande disposição, Deputado Durval Ângelo, diante desse quadro impressionante de uma situação que não tem dado certo em nosso país e no mundo, dados os números que apresentamos neste momento.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo, que, sei, trará brilho a este pronunciamento.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Obrigado, Deputado João Leite. Antes de mais nada, quero elogiar esta Casa Legislativa, que nunca se omitiu na questão prisional. Há 12 anos tratamos dessa questão. Eu, V. Exa., os Deputados Ivair Nogueira e João Batista de Oliveira e outros fizemos parte, em 1997, da CPI Carcerária. Inicialmente a questão prisional em Minas Gerais era acompanhada somente pela Comissão de Direitos Humanos. Hoje é por duas Comissões, pois foi criada também a Comissão de Segurança Pública. Portanto, não houve omissão desta Casa.

Esta Comissão Especial, criada a nosso requerimento, com total apoio do Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, é sinal claro de que o Poder Legislativo de Minas tem de tratar com seriedade a questão prisional no Estado e intervir para minorar e resolver esses problemas. A Comissão Especial, presidida por V. Exa., tem alguns desafios urgentes e inadiáveis, como o de indicar de forma bem concreta, para toda a sociedade mineira e os poderes responsáveis por acompanhar a questão prisional, soluções viáveis e propostas bem objetivas. Acredito que teremos de intervir na Lei de Execução Penal estadual, fazer um apelo veemente por uma ação mais incisiva do Poder Judiciário, atuar no intuito de propor ao Ministério Público algumas responsabilidades, pois, em alguns setores, tem sido omissos. Teremos de levantar a questão da Justiça gratuita, por meio da Defensoria e de forma urgente, como imperativo fundamental para a democracia.

Nesses dados que V. Exa. apresenta sobre limite de encarceramento, poderíamos acrescentar os EUA, onde hoje o número de encarcerados já passa de 2 milhões. Esse modelo do aprisionamento não tem resolvido o problema da violência. Pelo contrário, ver a justiça penal como uma justiça contra os pobres tem sido um alimentador da violência.

Portanto, temos de pôr o dedo na ferida. Talvez essa nossa ida a Brasília mostre que o Poder Legislativo e o Judiciário Federal, que não se têm omitido, tenham uma responsabilidade muito grande. Não temos 41 mil presos em Minas Gerais nem 200 mil familiares de presos envolvidos, mas, na realidade, uma sociedade encarcerada. Quase todo o problema hoje da violência tem como componente central a questão carcerária.

Faço uma saudação a V. Exa. por seu pronunciamento e um registro dos desafios que foram apresentados. Ressalto o belo desempenho e o trabalho dessa Comissão, que, mais uma vez, com V. Exa à frente, deixa perceber, de forma clara, que os desafios exigem intervenção urgente.

O Deputado Almir Paraca (em aparte) - Inicialmente, Deputado João Leite, cumprimento-o não só pelo pronunciamento como pelo excelente trabalho que desenvolveu junto à Comissão de Direitos Humanos. Já tive oportunidade, em outra legislatura, de atuar ao seu lado, tendo o nobre Deputado como Presidente de Comissão. Sabemos que desempenha com primor e muita dedicação todo o seu trabalho no mandato como representante dos mineiros.

Faço uma colaboração. Estava ouvindo atentamente o seu pronunciamento e, na verdade - como bem disse o Deputado Durval Ângelo sobre a sociedade encarcerada -, precisamos refletir na linha do seu pronunciamento. Trata-se de um problema mundial, que alcança todas as sociedades. Esse não é um problema só da sociedade do Primeiro Mundo, dos países mais ricos, mas também dos países em desenvolvimento e dos mais pobres; enfim, alcança a todos. Portanto, acreditamos que o problema é tão amplo, tão genérico, que poderíamos classificá-lo como problema de civilização. Estamos diante de um desafio civilizacional, precisamos transformar a maneira como a sociedade se organiza, porque estamos assistindo à violência nascer desse profundo espírito de solidão em que as pessoas se encontram, mesmo aglomeradas, mesmo em multidão. Daí a questão do individualismo, do egoísmo dessa sociedade absolutamente concorrencial, competitiva, que desagrega os laços de fraternidade e solidariedade. V. Exa., como cristão convicto e militante, sabe bem a que estamos nos referindo.

Portanto, o que desejamos é que consigamos, diante de dados como esse, somados a tantos outros, aliás associados a esse grande problema

ambiental que ameaça a vida no planeta, influenciar as grandes decisões, as grandes políticas públicas, que têm de alcançar o conjunto da civilização para transformar a matriz dessa sociedade. Por sabermos como V. Exa. pensa, acreditamos que o caminho que defende é o da fraternidade, da solidariedade e do amor, conceito tão importante, tão rico, mas banalizado pela nossa sociedade.

Parabéns pelo pronunciamento e pelo trabalho.

O Deputado João Leite - Agradeço a participação dos Deputados Almir Paraca e Durval Ângelo. Sabemos que esse é um assunto que não se esgota neste pronunciamento. Temos 60 dias de trabalho nesta Comissão e teremos novas oportunidades de discutir esse tema, que está vigente em nosso país e no mundo. Concordo que esse é um problema de cultura, de civilização. Diante dos números tão fortes apresentados, chegou o momento de esse problema ser enfrentado e discutido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Colegas Deputados, público presente, telespectadores e telespectadoras da TV Assembleia, os fatos que relatarei talvez surpreendam alguns dos que nos ouvem ou assistem neste momento, imaginando que este parlamentar relatará questões de uma terra muito distante daqui, muito distante de Minas Gerais, onde as palavras "lei" e "justiça" talvez não sejam ainda conhecidas. Alguém que nos assiste talvez imagine que estarei falando sobre algum romance da época dos grandes sertões, em que predominava a lei do mais forte, em que a violência, a intimidação e as agressões eram palavras determinantes nas relações sociais da sociedade.

Talvez alguns imaginem que esses fatos, de que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, me sinto no dever de dar ciência ao povo de Minas, sejam mera ficção. Entretanto, os fatos que relatarei são reais, verdadeiros, e que não só aconteceram, mas que continuam acontecendo numa cidade da Zona da Mata mineira, próxima a grandes centros, rota importante para toda a região se deslocar para o Rio de Janeiro e para São Paulo. Os fatos dizem respeito a um pequeno Município, de nome São Francisco do Glória, próximo a Carangola, a Muriaé, não tão distante de Juiz de Fora ou de Campos, no Rio de Janeiro. Os fatos que relacionarei são de uma política levada às raias do absurdo do exercício da violência.

Pois bem. Trago aqui as notícias que a Comissão de Direitos Humanos acompanha há mais de um ano do assassinato de Gilberto Souza e Silva, do DEM, Prefeito de São Francisco do Glória. Esse Prefeito foi assassinado à luz do dia, em 13/1/2008, em Piúma, no Espírito Santo, em um bar da cidade, onde passava férias com a família. Não foi difícil para a polícia capixaba, com testemunhas, chegar ao atirador, que foi imediatamente preso. É um conhecido pistoleiro capixaba, cujo nome é Delair Siqueira da Silva, que até pouco tempo estava preso. O mais interessante é que a polícia capixaba, por ação do Delegado local, Milton Sabino, não teve dificuldade também de chegar ao mandante do assassinato, o empresário e fazendeiro da cidade Altomirando Viegas de Carvalho Neto, que financiou a ação criminosa. Também não teve dificuldade de fazer o nexos dos depósitos em conta do pistoleiro, promovido pelo fazendeiro, e daí toda a rede, toda a trama foi descoberta. O atual Prefeito, Luciano Dias Paes Neto, que na época era Vice-Prefeito, foi também envolvido como um dos mandantes do assassinato.

Um ex-Prefeito e 13 Vereadores com exercício naquela Câmara também não tiveram dificuldades de ter seus nomes identificados. Não é a primeira vez que um ex-Prefeito de São Francisco do Glória sofre a ação de um crime de pistolagem: o Fabinho foi assassinado em 2001 dentro de sua própria casa com vários tiros disparados por um homem encapuzado. É interessante que três pessoas tenham sido presas naquele momento e depois liberadas por falta de provas. O inquérito foi arquivado, e até hoje não se tem notícia.

No dia 19/11/2008 a Comissão de Direitos Humanos esteve naquela cidade realizando uma reunião, presidida pelo Deputado João Leite, com a presença do Deputado Braulio Braz. Este parlamentar, Presidente da citada Comissão, juntamente com o Deputado Sebastião Costa e a assessoria da Assembleia, em virtude do dia chuvoso, não teve condições de descer no aeroporto de Muriaé. Mas a reunião se realizou. É interessante que depois da reunião o clima de violência tenha crescido na cidade. Ao término, as partes denunciadas como assassinas do Prefeito Gilberto, durante quase duas horas, soltaram foguetes na cidade para comemorar, como se tivesse sido um feito deles a não-chegada de dois parlamentares e, ao mesmo tempo, diziam que foram absolvidos na reunião, o que é mentira.

O pior disso tudo foi que o Juiz de Piúma até hoje não procedeu à pronúncia dos envolvidos, apesar da denúncia do Ministério Público. Mais que isso, liberou da prisão o pistoleiro contratado para matar. Há duas semanas, fui procurado por três Vereadores da Oposição daquela cidade dizendo que foram ameaçados de morte e que qualquer um deles pode tombar a qualquer momento, assassinado por esse mesmo grupo que matou o Prefeito Gilberto. Disseram-nos que a ida da Comissão de Direitos Humanos a São Francisco do Glória aumentou o clima de medo e tensão contra as pessoas que denunciavam o atual Prefeito.

Diante desse fato, a Comissão decidiu voltar à cidade em 9/6/2008, às 14 horas. Esperamos que, até a nossa chegada, o Juiz de Piúma cumpra o seu dever e marque o júri do assassino e dos mandantes, de preferência decretando a prisão dos que estão soltos ameaçando as testemunhas.

O Poder Judiciário do Espírito Santo não pode omitir-se. A Comissão de Direitos Humanos, em defesa da vida de políticos e de membros da comunidade de São Francisco do Glória, encaminhará ofício ao Conselho Nacional de Justiça pedindo que investigue a conduta do Juiz de Piúma.

Não podemos admitir que em tempos de democracia a questão política, que teria de ser decidida pelo voto e pela pressão democrática popular, seja decidida por balas, intimidações, ameaças, riscos, como as pessoas estão vivendo lá.

Ouvi o depoimento sincero de um Vereador da cidade. Ele dizia que, se o clima de violência continuar, renuncia ao mandato. Então, que democracia é essa? Talvez se falássemos, como eu disse no início, de ficção ou de algum romance sobre pistoleiros ou jagunços na época de Lampião ou do velho sertão, alguém poderia dizer que seria algo exagerado. Mas é um fato acontecido em uma cidade tão próxima de nós, São Francisco do Glória. E nós, como parlamentares, só podemos denunciar e nos pronunciar. No dia 9 estaremos lá. Se a Justiça não cumpre seu papel, a Comissão de Direitos Humanos não irá omitir-se.

Quero aqui também, abordando outro assunto, falar das lamentáveis cenas transmitidas pela TV Alterosa, ressaltando, aliás, o grande papel que a emissora teve no auxílio à democracia e aos direitos humanos, ao mostrar as imagens de um vídeo, gravado por um Agente Penitenciário, das torturas acontecidas em Conceição das Alagoas, em virtude de uma rebelião ocorrida no início do ano passado. No dia 28 de maio, através de uma convocação do Movimento Nacional de Direitos Humanos, recebemos uma denúncia de tortura em Conceição das Alagoas. Lá estivemos - e é evidente que foi desmentido, apesar do parecer dos presos que haviam sido torturados por Agentes Penitenciários.

É interessante que a TV Alterosa não tenha mostrado, mas um daqueles presos estava sendo torturado por uma Agente Penitenciária que apertou seu pescoço até sufocá-lo, torceu seu braço e fez com que ele ficasse de joelhos pedindo perdão. A Agente Penitenciária também arranca pelos do peito do preso, e ela estava sem luvas cirúrgicas, conforme determina o manual-padrão da Secretaria de Defesa Social, tanto para não passar doença para os presos quanto para não pegar doença. É aí que vemos que o manual só existe no papel, Sr. Secretário de Defesa Social. Aquele preso é soropositivo e hoje se encontra em estágio terminal em um hospital em Uberaba. Sabíamos que ele era soropositivo. Os Agentes Penitenciários são de Uberaba. A Agente Penitenciária, dando uma de valente, violenta, truculenta, tem de ser

acionada. Estamos pedindo o imediato afastamento de todos os Agentes Penitenciários identificados naquela tortura. Se alguém acha que vamos criar, solidificar uma sociedade realmente democrática usando a tortura, tortura contra os mais pobres, está muito enganado.

Na época, tivemos também uma triste informação que não conseguimos comprovar: o Juiz de Direito de Conceição das Alagoas teria assistido à tortura. Estamos mandando a fita para o Conselho Nacional de Justiça para que se apure se o Juiz, que tem que defender a lei, que tem defender o ser humano, está envolvido. Se isso for comprovado, pediremos seu imediato afastamento e sua demissão. Um Juiz com uma postura como essa, na realidade está sendo o juiz do diabo, e não da lei ou da sociedade.

É lamentável, Sr. Presidente, que, numa tarde tão bonita como a de hoje, eu tenha que relatar dois casos tristes, mas é essa a realidade. Se olharmos a propaganda do governo do Estado e da Secretaria de Defesa Social, Minas Gerais fica parecendo que é um cantão suíço, quando, na realidade, somos o terceiro ou quarto mundo do Terceiro Mundo. Essa é a realidade do nosso Estado hoje, que não é mostrada pela televisão nem pelos jornais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Tenente Lúcio - Professores e alunos da Escola Isaura Coelho, de Betim, sejam muito bem-vindos à Assembleia de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaríamos, neste pronunciamento, de destacar a importância das doações de sangue em todo o País, especialmente na minha cidade de Uberlândia. Temos o carinho e o cuidado de sempre promovermos e ajudarmos nas doações de sangue no Hemominas da cidade, inclusive quando fui Presidente da Liga Uberlandense de Karatê. Outras vezes também doações de sangue já foram feitas por caratecas de Uberlândia, Soldados do Exército, Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, bem como por demais trabalhadores. Hoje, com essa crise que estamos vivendo, os trabalhadores, ao doar sangue, têm uma preocupação muito grande de ser demitidos. Sabemos que é de lei, de praxe, que a pessoa, quando doa sangue, pode pegar uma declaração e levar ao seu trabalho dizendo que faltou aquele dia por ter prestado um ato de humanidade, de amor, de carinho, de respeito pelo ser humano. Na hora que os patrões analisam a vida dos seus funcionários, logicamente que preferem demitir as pessoas que já faltaram algum dia. Assim, protocolamos um requerimento à Sra. Ana Bárbara Proietti, Presidente do Hemominas, nos seguintes termos: "Prezada senhora, atendendo pedido dos trabalhadores de Uberlândia, solicito estudos no objetivo de criar um horário diferenciado, nos dias de semana, após as 17 horas, e aos sábados, após as 12 horas, para que o trabalhador possa doar sangue". No sábado é feito somente na parte da manhã, mas os trabalhadores geralmente trabalham das 7 às 12 horas. Continuo dizendo: "Este pedido se faz necessário, uma vez que, com a atual crise e com o aumento de demissões, o fato de o trabalhador ter de ausentar-se no horário de trabalho poderá dar motivo para demissão, o que tem provocado o afastamento desse tipo de doador". Ou seja, dos trabalhadores.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, diz respeito à visita que fizemos ao Comandante da PMMG, Cel. Renato. Trata-se de uma pessoa jovem, um homem dinâmico, trabalhador, inteligente, que nunca precisou de indicação para suas promoções e, muito menos, para ser o nosso Comandante-Geral.

Ele conseguiu esse posto em virtude de sua competência, determinação e vida de Oficial dedicada à Polícia Militar. Fomos a essa reunião com ele para nos apresentarmos e mostrarmos a nossa preocupação com a segurança pública no Estado. Já havíamos pedido viaturas para as cidades do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba e agora recebemos cerca de 40 viaturas só para Uberlândia. Logicamente elas serão descentralizadas para outras cidades do Triângulo e do Alto Paranaíba.

Abordamos com ele um assunto que ouvimos em Uberlândia e Araxá sobre os Cabos e Soldados da Polícia Militar que trabalham com motocicletas, fazendo patrulhamento ostensivo nas cidades e no campo. Eles me pediram que houvesse sintonia entre os comandos de áreas, para que eles pudessem julgar com a mesma linguagem os apetrechos utilizados no fardamento, ou seja, as joelheiras e as cotoveleiras. As luvas já são liberadas. Mas o motociclista ou motoqueiro militar que trabalha na perseguição a infratores pode sofrer uma queda ou um acidente e machucar-se. E, quando se machucam, geralmente acontecem as baixas, o que ocasionará prejuízo na escala de serviço, e toda a população sentirá na pele essa situação. Conversamos com o Coronel. Ele nos pediu um tempo, pois tomará uma definição. Ele é completamente favorável ao uso tanto das joelheiras quanto das cotoveleiras, para que o policial militar possa realmente trabalhar.

Conversando com o nosso companheiro de trabalho que é da Polícia Militar, verdadeiramente o representante da Polícia Militar, o Deputado Sargento Rodrigues, esclareço que ele é completamente favorável a esse pleito da utilização desses apetrechos para o patrulhamento, principalmente para os policiais que trabalham de moto e bicicleta.

Participamos também de uma audiência com o Dr. Oliveira Santiago, Diretor do Detran-MG. Relatamos-lhe nossa preocupação com as carteiras de motorista, que eram confeccionadas e descentralizadas em todas as cidades de médio e grande portes do Estado, como o caso de Uberlândia. Lá, os condutores recebiam essas carteiras, depois de aprovados nos exames, após quatro ou cinco dias. O que está acontecendo agora? A Interprint, que é a empresa que fabrica, confecciona essas carteiras voltou apenas para Belo Horizonte. Essa foi uma atitude do governo do Estado que muito nos preocupa. Fomos ao Dr. Oliveira pedir-lhe uma solução de curto prazo, para que pudéssemos voltar aos prazos anteriores, entre quatro ou cinco dias as carteiras estarem prontas.

Hoje, na prática, acontece que vários motoristas que precisam dessa carteira vão tirá-la ou em outras cidades ou principalmente no Estado de Goiás. No caso de Uberlândia, eles estão indo principalmente às cidades de Itumbiara ou de Catalão, ambas em Goiás. Com isso, o Município e o Estado de Minas perdem arrecadação. O Dr. Oliveira nos explicou que isso está acontecendo em todo o Brasil, mas Minas, por ter a segunda maior frota do País, está sendo realmente muito prejudicada. Mas ele nos pediu compreensão, que tenhamos um pouquinho mais de paciência, porque, dentro de 30 dias, no máximo, isso se acertará. O Denatran é o órgão máximo que olha o lado de todos os motoristas do Brasil, centralizando as suas ações em Brasília, e os Estados realmente terão de se adaptar. Tudo isso é informatizado e, com a informatização de agora, o sistema deu uma travada, mas já estão sendo tomadas as providências. Todos estão muito apreensivos, mas também muito esperançosos, porque o sistema já começou a melhorar. Então vamos dar um voto de confiança ao Dr. Oliveira, Diretor do Detran-MG. Mas, no prazo de 30 dias, estaremos aqui para afirmar essa convicção dele, ou então para tomarmos uma nova atitude. Aprovamos um requerimento na Comissão de Segurança Pública, a fim de convidarmos o Dr. Oliveira para vir dar as explicações. E eu mesmo disse isso a ele ontem. Já que ele explicou a mim, que sou Deputado e membro efetivo da Comissão de Segurança Pública, pedi ao Deputado João Leite, Presidente da Comissão, que tenhamos um pouquinho mais de paciência. Dentro de 30 dias, vou levar este assunto novamente para a Comissão ou para o Plenário, ou até mesmo ao Vice-Governador ou ao Governador do Estado de Minas Gerais, caso o Detran-MG não tome as devidas providências nesse prazo.

Estivemos também, Sr. Presidente, em uma audiência com o Dr. Marco Antônio Monteiro, Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, reivindicando uma reforma para a 16ª Delegacia de Segurança Pública de Uberlândia, a qual tem de ser rápida. Lá, para atendimento ao público, não existe um banheiro, um lugar para se tomar água, as paredes estão caindo. Enfim, há uma dificuldade muito grande, principalmente para o Dr. Gilmar, Superintendente da Polícia Civil de Uberlândia, e para o Dr. Samuel, Delegado Regional, que estão fazendo esforços sobre-humanos para o atendimento à população de Uberlândia, com apenas 16 Delegados, quando deveríamos ter pelo menos 40.

Conversamos também com o Dr. Marco Antônio, Chefe-Geral da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Estavam previstos para Uberlândia, até o final do ano, aproximadamente 6 Delegados, mas, por meio do nosso pedido, ele disse que esse número será aumentado talvez para 9 ou 10

Delegados. E isso já vai melhorar na escala de serviço, onde há, em média, cerca de oito flagrantes por noite. É impossível que qualquer Delegado que seja ser humano - e eu acredito que ainda não temos nenhum robô fazendo um serviço dessa natureza - faça mais de dois flagrantes por noite, e bem-feitos. Ou seja, se fazemos oito, eles não são bem-feitos, e aí entra o Ministério Público cobrando e exigindo dos 16 Delegados coisas que humanamente são impossíveis de fazer. Então surgem processos e Delegados com quase 30 anos de serviço sendo punidos. E, além da vergonha da punição, eles estão querendo ir para a reserva, pedindo aposentadoria, e a dificuldade aumenta a cada dia, e não só em Uberlândia mas em todo o Estado de Minas Gerais.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa preocupação é muito grande. Tenho certeza absoluta de que o governo Aécio Neves está fazendo um esforço sobre-humano. Vimos ontem a entrega de aproximadamente 500 viaturas para o Estado de Minas Gerais, tanto para a Polícia Militar como para o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil. É importante que tenhamos, sim, as viaturas, os armamentos, mas não podemos nos esquecer jamais do ser humano, do valor mais importante dentro da carreira da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, e isso se estende principalmente às Forças Armadas.

Ao encerrar o nosso pronunciamento, parabenizamos a atitude corajosa de um Governador que tem de mostrar porquê veio ser Governador de Minas Gerais. Trata-se de um homem que está aí trabalhando muito, com total potencial, inclusive para ser o nosso próximo Presidente da República. Tenho certeza absoluta de que o Governador Aécio Neves é um homem corajoso, determinado e inteligente. A sua equipe realmente está de parabéns, com homens e mulheres que trabalham em prol de uma sociedade e de todos nós mineiros. Aqui, como Deputado Estadual de Minas Gerais, tenho todo o orgulho do mundo, tenho também a minha satisfação com cada homem, com cada mulher e com cada jovem do nosso Estado que acredita e acreditou em mim, e muitos ainda passarão a acreditar à medida que estivermos trabalhando em prol desta sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente e meus companheiros. Parabéns aos funcionários, companheiros que fazem com que esta sessão vá a todo o nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, público da TV Assembleia e imprensa, inicialmente gostaríamos de usar esse nosso espaço da TV Assembleia, que é extremamente importante e tem um alcance muito grande em todo o Estado, para prestar um serviço de utilidade pública, por considerarmos que o tema de que trataremos aqui tem essa conotação. Refiro-me ao Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social - 2009.

Sr. Presidente, trata-se da quinta edição desse prêmio, que é um instrumento de prospecção, de captação de boas idéias e iniciativas que já foram utilizadas e aplicadas, para resolver diversos problemas sociais nas comunidades do interior do Brasil. Esse conceito de tecnologia social encontra-se ainda em construção. Na verdade, diversas instituições já vêm utilizando o conceito de tecnologia social no desenvolvimento de suas atividades, inclusive os ministérios.

Hoje temos alguns editais abertos de vários ministérios distintos, e todos eles focados no conceito de tecnologia social. E o conceito de tecnologia social com o qual a Fundação Banco do Brasil trabalha, e que ajuda a consolidar, entende tecnologia social como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Trata-se de um conceito construído por meio da mobilização em torno de temas fundamentais no que diz respeito à mudança e à transformação das nossas comunidades, como inclusão social, melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade. Mais que um conceito acadêmico, o conceito de tecnologia social abrange conhecimentos populares e gera desenvolvimento para as comunidades. Ele estabelece um diálogo e transita entre o conhecimento tradicional, o conhecimento popular e o conhecimento de domínio público, além do conhecimento acadêmico.

O prêmio foi instituído em 2001 e está na sua quinta edição, uma vez que é realizado a cada dois anos. As tecnologias são certificadas e cadastradas no Banco de Tecnologia Social, estando, portanto, disponíveis a toda a sociedade, àqueles que quiserem ter conhecimento delas, aplicá-las ou reaplicá-las, mediante adaptação às circunstâncias locais. Trata-se de tecnologias voltadas para o acesso à água, alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, renda e saúde. Podem concorrer ao prêmio todas as instituições sem fins lucrativos legalmente constituídas no País, instituições públicas e também empresas. Aliás, existe uma modalidade especial para empresas que desenvolvem ações relacionadas a responsabilidade socioambiental e corporativa, que apliquem ou tenham desenvolvido ou sistematizado uma solução para qualquer uma dessas áreas.

As inscrições já estão abertas, vão até o dia 29 de maio e podem ser feitas por meio do "site" "www.fundacaobancodobrasil.org.br". O evento de premiação ocorrerá em novembro de 2009. Serão distribuídos oito prêmios de R\$50.000,00, totalizando R\$400.000,00 em premiação. Portanto, Sr. Presidente, estamos aqui novamente para divulgar o Prêmio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, que representa um esforço ainda maior, uma vez que congrega diversas outras instituições e ministérios, que é a rede de tecnologia social, a qual está disseminando País afora soluções adaptadas à realidade das pequenas comunidades do Brasil.

Gostaríamos de citar duas dessas comunidades. Uma delas tem tido ampla divulgação e sido muito lembrada. Hoje já existem políticas públicas que adotam essa tecnologia social: são as barraginhas.

A barraginha é uma prática antiga, milenar. As primeiras barraginhas de que se tem notícia foram construídas e utilizadas ainda no Egito antigo. Trata-se de um sistema absolutamente simplificado de coleta da água das chuvas, que faz com que a água, em vez de correr sobre o solo, provocando erosão e assoreamento dos cursos d'água, seja retida e armazenada para, lentamente, ir-se infiltrando e abastecendo o lençol freático.

A barraginha foi implantada em Sete Lagoas pela Embrapa Milho e Sorgo. Aproveito para fazer uma saudação a Luciano Cordoval, que é o técnico da Embrapa que organizou e sistematizou todo esse processo e, além disso, associou à construção da barraginha uma técnica de envolvimento, de mobilização e de organização social para a execução e o acompanhamento das barraginhas, que têm sido muito utilizadas, principalmente no Programa Nacional de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Atualmente, existem duas ações concretas com esse objetivo. Uma está sendo realizada com recursos da Codevasf, no Vale do Rio Urucuia, que é um dos grandes afluentes do Rio São Francisco na margem esquerda. São 13 mil barraginhas que serão construídas ainda neste ano. Trata-se de mais uma obra do PAC em Minas Gerais voltada para a revitalização da Bacia do Rio Urucuia. Ela vai alcançar os 10 Municípios dessa bacia.

Sr. Presidente, sobre as barraginhas, é interessante dizer que há alguns anos, quando estava na Diretoria de Desenvolvimento Social da Fundação Banco do Brasil, iniciamos um trabalho naquela região para disseminar a tecnologia das barraginhas. Naquele momento, nos idos de 2004, encontramos uma grande resistência por parte dos pequenos produtores, que diziam que não permitiriam que se fizesse escavações nas suas pequenas propriedades. A barraginha consiste justamente nisso: em fazer um buraco. É um buraco feito na terra para conter e colher as águas das enxurradas.

Passada a resistência inicial, foram feitas, naquele momento, 2.500 barraginhas. Após a constatação dos resultados obtidos com a execução dessas barraginhas, que revitalizaram algumas microbacias, elas passaram a ser demanda presente e permanente de todas as comunidades do Vale do Urucuia, o que resultou agora nesse esforço realizado pelo Consórcio Intermunicipal dos Municípios do Vale do Urucuia em conjunto

com a Codevasf.

Uma outra ação que ainda está em curso, em fase de elaboração de projetos, é esse edital, aberto pelo Ministério do Meio Ambiente até o dia 7 de maio, voltado também para revitalização, só que, dessa vez, na Bacia do Rio Paracatu, importante afluente da Bacia do Rio São Francisco. Serão atendidos 12 Municípios no total, divididos em 2 blocos de 6. O conceito utilizado nesse edital também é o de tecnologia social, tendo sido incluídas, formal e explicitamente, as barraginhas, como tecnologia social para combater processos erosivos. Portanto, trata-se de um trabalho que vem crescendo no Brasil e no mundo. A propósito, um outro país que utiliza muito esse conceito e tem inúmeras sugestões e aplicações dessa natureza é a Índia. O Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil disponibiliza a todos os interessados consultas sobre tecnologias sociais que possam ser utilizadas para transformação social e resolução de problemas de diversas ordens nas pequenas comunidades humanas. São desde produtos até as metodologias participativas utilizadas para envolver e mobilizar a comunidade no intuito de empoderá-las para que elas possam partir para a autonomia, partir para abraçar o seu destino e encaminhar soluções concretas ao alcance das comunidades locais.

Gostaríamos ainda, Sr. Presidente, de utilizar este nosso espaço para, de novo, fazer aqui uma cobrança: trata-se da minha velha cantilena em relação ao programa Luz para Todos. E aqui, Deputado Getúlio Neiva, não estamos nem entrando na discussão de quem é o pai da criança, se o governo federal, se o governo do Estado - isso para nós é pacífico, filho bonito todo mundo quer -, nem na discussão sobre de quem é a responsabilidade por se ter talvez estimado mal, levantado os números iniciais do programa muito aquém do que se deveria. Então, é bom que o programa esteja acontecendo. Acima de tudo, o que gostaríamos de ver acontecer com o Luz para Todos em Minas Gerais é que ele atendesse a sua concepção de disponibilizar energia elétrica para os que moram no meio rural. Do jeito que a coisa está sendo conduzida, vamos terminar o Luz para Todos em Minas Gerais deixando sem atendimento mais de 50 mil pequenos proprietários, principalmente, Deputados Getúlio Neiva e Carlin Moura, no Vale do Mucuri, no Vale do Jequitinhonha, no Norte e no Noroeste de Minas, as regiões mais empobrecidas do Estado. Mais grave ainda é que ficou pactuado, nessa nova rodada, nessa retomada do Luz para Todos em Minas, que as áreas alcançadas pelo programa Territórios da Cidadania seriam priorizadas. Não é o que está acontecendo, não é o que está acontecendo! Exatamente o Noroeste e o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri, áreas quase que plenamente cobertas pelo Territórios da Cidadania, serão os mais prejudicados. Então, é o avesso da priorização, é o contrário da priorização o que está acontecendo neste momento.

Mas o que considero mais grave, Srs. Deputados, em relação ao programa Luz para Todos, é a falta de transparência. Pergunto-me e pergunto aos senhores e a todos que estão nos acompanhando neste momento qual é a dificuldade concreta, real, para uma empresa com padrão de excelência como a grande empresa Cemig informar e ser transparente com aqueles que têm grande expectativa de ser atendidos pelo programa. Por que a Cemig não divulga com clareza o número de atendimentos previstos até a conclusão do programa, no final do ano que vem? Tudo isso, do jeito que está sendo conduzido, leva ao aprofundamento do descrédito, infelizmente, nas instituições públicas no Brasil. É um programa esperado e desejado durante tanto tempo, vital para interiorizar o desenvolvimento no País - em Minas Gerais não é diferente -, e é conduzido dessa maneira.

Portanto, insistimos que gostaríamos de solicitar aos nobres pares que nos ajudassem a colocar essa discussão na agenda da Assembleia. Precisamos provocar uma solução. Que a Cemig se manifeste. Há uma audiência pública prevista na Comissão de Assuntos Municipais para que a Cemig faça esclarecimentos a todos aqueles que ainda não foram atendidos pelo Luz para Todos e estão aguardando uma solução.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero reconhecer que já se fez muito. Com o que já se realizou e o que está previsto, ultrapassaremos, em muito, as 200 mil ligações do Luz para Todos em Minas Gerais. Mas 50 mil ou mais pequenos produtores rurais ficarão sem atendimento. Isso não se justifica, porque não falta recurso por parte do governo federal - esperamos que não falte também por parte do governo do Estado - para levar a cabo essa política pública tão fundamental como o Luz para Todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente e que nos acompanha pela TV Assembleia, imprensa, retomo a palavra para fazer alguns registros que também consideramos importantes. Início trazendo a público um requerimento que, assim que sairmos da tribuna, protocolaremos junto à Mesa. Ele dialoga com outro que está tramitando na Casa, em que se solicita uma reunião especial. Até então, Sr. Presidente, não realizamos, por iniciativa nossa, nenhuma reunião especial durante o nosso mandato. Por isso, contamos com a aquiescência do Presidente para realizarmos essa reunião especial, que é objeto desse nosso requerimento, para homenagear o Dr. Joaquim Benedito Barbosa Gomes, Ministro do STF, um filho da minha terra, da minha cidade natal, Paracatu. Ele é mais conhecido como Joaquim Barbosa. No nosso requerimento, gostaríamos que fossem formulados votos de congratulações com o Dr. Joaquim Barbosa: "Justifica o nosso pedido a necessidade de se destacarem os relevantes serviços prestados ao Judiciário brasileiro por este grande jurista, oriundo da carreira do combativo Ministério Público Federal, com sua atuação responsável, de ilibada conduta, que vem valorizar e desmacular a imagem daquela Corte diante da opinião pública, primando por resgatar a transparência e a imparcialidade com que devem ser tratados todos os assuntos em qualquer esfera do serviço público, denotando qual deve ser o verdadeiro papel do Estado na vida dos cidadãos e das cidadãs".

Esse é o nosso requerimento, Sr. Presidente, que protocolaremos. Gostaríamos de lembrar que o Dr. Joaquim Barbosa é filho de família paracatuense e de origem muito humilde. Para chegar ao posto de Ministro do STF, teve que se esforçar e dedicar-se bastante, sempre muito atento às oportunidades. Mudou de Paracatu para Brasília ainda jovem, passou por várias funções e trabalhos até entrar na Universidade Federal de Brasília e daí continuar a sua carreira, aliás com diversas formações, como mestrado e doutorado no exterior. Não queremos aprofundar a polêmica na qual o Dr. Joaquim Barbosa esteve envolvido recentemente com o Presidente do STF, mas registrar que estamos acompanhando milhares e milhares de cidadãos brasileiros que manifestaram, principalmente pela internet - canal mais democrático de manifestação, ou seja, de teor dessa natureza -, solidariedade e apoio à posição do Ministro Joaquim Barbosa.

Portanto, fica aqui o nosso pedido para que, o mais rápido possível, realizemos - aliás, espero que ainda neste ano - essa reunião especial em homenagem a esse ilustre filho de Paracatu, minha cidade natal.

Falando de Paracatu, Sr. Presidente, gostaria ainda de fazer um registro. Na semana passada fiz um pronunciamento aqui, dizendo que, no final de semana, realizaríamos uma reunião para tratar do desenvolvimento sustentável de Paracatu. Uma discussão envolvendo, de maneira especial, duas mineradoras presentes no Município: uma, do Grupo Votorantim, e a outra, do Grupo Kinross. A Rio Paracatu Mineração, assim que estiver otimizado seu processo de produção, que acaba de ser duplicado, se transformará na maior produtora de ouro do Brasil. O período previsto para o encerramento das atividades produtivas dessa mina de ouro de Paracatu é para daqui a 30 anos. Coincidentemente, essa cidade nasceu no Ciclo do Ouro. Na verdade, teve seu apogeu e vigor tanto econômico quanto cultural na época do Império, exatamente a do Ciclo do Ouro.

Estamos assistindo a um novo ciclo do ouro em Paracatu. Para que daqui a 30 anos a comunidade de Paracatu não fique com um vazio geográfico e espacial - aliás, o Morro do Ouro, lavras antigas que receberam esse nome, é onde se explora atualmente o metal, dividindo-se com o perímetro urbano de Paracatu - nem com o buraco da mina a céu aberto e um vazio econômico, é preciso, de fato, desencadear o processo do desenvolvimento sustentável de Paracatu e formulá-lo com a participação e o apoio de todos os segmentos sociais, que devem ser estimulados, para se organizarem e levantarem seus pontos de vista, suas demandas e necessidades. Além disso, num fórum amplo, discutir, debater e criar consensos e acordos mínimos para formular o plano de desenvolvimento sustentável de Paracatu.

Estamos trabalhando intensamente para demonstrar, primeiramente, que existe uma metodologia. Quando se fala em desenvolvimento sustentável, um conceito tão utilizado, tão aplicado por tantas pessoas no Brasil e no mundo, exige-se um método, há um "como fazer" que é absolutamente participativo, que não despreza e não pode descartar nenhuma força política, nem segmento social, nenhuma força produtiva. Deve-se agregar, estimular, habilitar e capacitar, para abertura de novas atividades, novas frentes de trabalho e de serviço para o conjunto da

população. Portanto é um processo democrático e absolutamente legítimo, que, para acontecer, precisa do envolvimento de todos os setores, como a sociedade, o chamado terceiro setor e os setores público, empresarial e produtivo.

Nossa reunião, que ocorreu no final de semana, teve ampla participação. Tiramos as linhas mestras desse trabalho e esperamos, em breve, já com o primeiro plano de trabalho, desencadear esse processo em Paracatu. Que a responsabilidade social ou socioambiental - de maneira especial a das mineradoras - possa ser traduzida não só em compensações ambientais, mas também em compensações sociais para a comunidade daquela cidade. Ou seja, que a questão ambiental, como a questão das águas que está sendo muito debatida em Paracatu neste momento, seja plenamente resolvida, respeitada a legislação vigente, que é muito boa por sinal.

Outro problema social diz respeito ao Programa Brasil Quilombola. Que seus problemas também sejam resolvidos, para que a empresa RPM possa desenvolver o seu trabalho, produzir e devolver ao povo de Paracatu parcela dos volumosos recursos que estão sendo extraídos do nosso subsolo, para que sejam aplicados no desenvolvimento, na cultura, na educação, na saúde, na diversificação da produção, a fim de garantir uma qualidade de vida no futuro à altura do que o povo dessa cidade merece.

Sr. Presidente, ainda quero apresentar dois requerimentos, que também vamos protocolar em seguida. O segundo requerimento solicita que seja formulado voto de congratulações com o Sr. Robson Rocha, funcionário de carreira do Banco do Brasil, pela sua posse na Vice-Presidência de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental daquela instituição, o que confirma e reconhece, pelo mérito, a excelência dos serviços por ele prestados à empresa e ao seu público e uma carreira construída de forma brilhante, responsável e com a dedicação e o desapego sempre presentes na trajetória dos grandes profissionais e líderes corporativos.

Sou funcionário do Banco do Brasil e conheço o nobre colega Robson Rocha há muito anos, desde quando aqui, em Belo Horizonte, ele participava ativamente da campanha contra a fome com os funcionários daquela instituição em Belo Horizonte, em Minas Gerais, no Brasil, ao lado do Herbert de Souza, o Betinho. Ele demonstrou o valor da solidariedade para todo o povo brasileiro. Uma campanha que inspirou o programa Bolsa-Família e também o programa Fome Zero, do Presidente Lula.

Portanto o nosso voto de congratulações com o colega do Banco do Brasil, hoje Vice-Presidente, Robson Rocha.

Por fim, Sr. Presidente, gostaríamos de apresentar requerimento em que solicitamos seja formulado voto de congratulações com os alunos, os professores, os técnicos e a diretoria do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa - Coluni -, na pessoa de sua Diretora, Profa. Eunice Bittencourt Bohnenberger, pela classificação, em 1º lugar, no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - 2008, pela segunda vez consecutiva, o que credencia o Coluni neste momento como a melhor escola pública do Brasil. Justifica o nosso pedido, a necessidade de homenagear os corpos docente, discente e administrativo daquele estabelecimento público de ensino, como fórmula de estimular os profissionais e estudantes de outros educandários à busca de metas significativas, como as por eles alcançadas, reconhecendo e divulgando as técnicas de ensino-aprendizagem e de formação responsável aplicadas, para obtenção de resultados tão louváveis. Há de se destacar a excelente organização da escola, em que todos os profissionais trabalham em regime de dedicação exclusiva, possuem gabinetes exclusivos e com excelente infraestrutura funcional, com remunerações muito acima da média e em constante processo de qualificação. Entre eles, há muitos mestres e doutores, que se utilizam de técnicas de educação de cunho libertário, com garantia de independência e autonomia para os educandos, em um regime acadêmico que lhes proporciona qualidade didática e pedagógica, mas exige compromisso com a responsabilidade pela busca dos melhores resultados possíveis.

Gostaria também, Sr. Presidente, de fazer uma breve menção à reportagem publicada pelo jornal "Estado de Minas", nesta data, descrevendo o trabalho desenvolvido nessa instituição, o Coluni, que se transforma na melhor escola pública do Brasil. (- Lê:)

"O segredo do sucesso é revelado por Eunice com entusiasmo: 'O colégio está localizado dentro do 'campus' da Universidade. Há toda a estrutura para os nossos alunos, como grandes acervos de livros e laboratórios. Além disso, preocupamo-nos com a qualificação dos nossos professores, temos mestres e doutores' - destaca. Ela enfatiza ainda que um dos pontos que mantém a qualidade do ensino é o fato de que, para ingressar na instituição voltada para o ensino médio, o estudante passa por processo de seleção. Mas não é só isso. Diferentemente de muitas escolas públicas, o professor no Coluni tem dedicação exclusiva e ganha entre R\$2.000,00 e R\$5.000,00. 'Ele não pode trabalhar em outra instituição, somente aqui', avisa Eunice, elogiando o ambiente dos educadores. 'O professor tem o próprio gabinete, onde tem livros à disposição e pode elaborar seu plano de aula com tranquilidade. A vida é a mesma daquele que dá aula para estudantes da graduação', garante. Com os portões escancarados, sem os menos um porteiro para tomar conta dos alunos, o Coluni, segundo afirma a Diretora, praticamente não tem problema com indisciplinas. 'Eles têm total liberdade, mas são responsáveis. A nossa organização confere a eles uma independência e autonomia muito grande, o que, diferentemente do que se pensa, faz com que eles tenham ritmo de estudo. Principalmente porque estão inseridos em um clima acadêmico', observa."

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos de registrar as nossas congratulações com o Coluni, extensivas a toda a Universidade de Viçosa, desejando que um dia possamos alcançar esse padrão de qualidade de ensino nas escolas públicas de Minas Gerais e do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, companheiro do PMDB, inicio minha fala com uma lamentação. Nesta semana, perdemos em Teófilo Otôni uma das figuras mais importantes do antigo MDB de guerra, ao qual sempre pertencemos e que enfrentou a ditadura: a Profª Nazira Vieira de Almeida, que, mesmo sabendo das possíveis perseguições, esteve conosco em todas as lutas do passado. Registro aqui, na Assembleia, o seu passamento, para tristeza de todos nós. Ela era uma mulher destemida, batalhadora, decidida e forte. Infelizmente a doença a debilitou a ponto de levá-la ao leito de morte. Ficam os meus cumprimentos à professora, à cidadã, à pessoa Nazira Vieira de Almeida, que nos deixou - e esses cumprimentos são extensivos a toda a sua família. Não só a cidade perde, mas a história da região, do MDB, do PMDB também perde muito com o passamento da professora.

Gostaríamos de dizer ainda, Sr. Presidente, que estamos muito satisfeitos, porque, na próxima semana, será dada a ordem de serviço para o início da construção da barragem de abastecimento de água de Teófilo Otôni, por meio da empresa Mecanorte, que ganhou a licitação. Os investimentos foram superiores a R\$50.000.000,00. Em paralelo, ocorre, a passos rápidos, o processo de licitação - que será aberta no mês de maio - para a construção da estação de tratamento de esgoto - ETE - de Teófilo Otôni, orçada em R\$60.000.000,00. Essas notícias são muito boas para a cidade.

No próximo dia 7, quinta-feira, às 11 horas, estaremos com o Prof. Anastasia, Vice-Governador de Minas, inaugurando um dos maiores trechos de asfalto do Processo de todo o Estado, a rodovia que liga Teófilo Otôni a Pavão - são mais de 80km de extensão. A solenidade acontecerá no meio do caminho, em Novo Oriente de Minas. Desde já, convido o meu companheiro Deputado José Henrique a estar conosco, uma vez que sua presença na região, onde tem expressiva votação, é sempre estimada. Trata-se de uma rodovia enorme e importante, pois 11 Municípios serão atendidos diretamente por ela.

É uma alegria, porque, na verdade, nos idos de 80, quando lutamos para que essa estrada fosse construída, conseguimos o asfalto por meio dos Deputados Luiz Leal e Kemil Kumaira - eu estava na Prefeitura. Trabalhando juntos, conseguimos asfaltar o trecho de Águas Formosas até Pavão. Agora será complementada a ligação entre Pavão, Novo Oriente e Teófilo Otôni.

Gostaria que o Deputado Almir Paraca estivesse presente neste momento. Quis falar logo depois dele, para que pudesse informá-lo a respeito

do Luz para Todos. Ele tem feito uma diatribe fantástica aqui em relação a esse tema. Tenho informações um pouco mais condizentes com a realidade. De fato, é preciso dizer que o Luz para Todos, do qual fui coordenador por um período, foi baseado num equívoco do próprio governo federal, que buscou informações do IBGE, em vez de buscá-las nos Municípios, para saber quantas ligações de energia, quantas propriedades rurais, fazendas e casas rurais precisavam do benefício. O levantamento feito pelo IBGE foi de 105 mil casas em Minas Gerais. A Cemig realizou, até dezembro de 1988, 195 mil ligações, 90 mil a mais em relação àquilo que estava previsto para Minas Gerais na primeira etapa do Luz para Todos. É claro que ficaram faltando ligações. E foi bom que tenha acontecido isso, porque, na verdade, o levantamento do IBGE estava errado. Ninguém prestou atenção a esse fato, ninguém ouviu a Emater, que conhece todos os Municípios, ninguém ouviu o governo do Estado, ninguém ouviu os Municípios, e disso resultou o desastre de ficar essa idéia de que existem 100 mil casas sem eletrificação. Isso não é verdade. O levantamento feito pelo governo do Estado está quase concluído, cidade por cidade, ouvidos todos os Prefeitos e Vereadores, ouvida a Emater. Agora, ao final de maio, princípio de junho, chegaremos ao resultado e teremos apenas 72 mil ligações ainda fora da segunda etapa.

Essa informação vai para meu amigo e companheiro Deputado Almir Paraca. Em vez das 100 mil ligações mencionadas por ele, o levantamento comprova que são em torno de 70 mil, apenas. Como há uma segunda etapa e um convênio para 55 mil ligações, conversei com o novo Diretor de Furnas que coordena essa área no âmbito do governo federal a respeito da possibilidade de acelerarmos essa execução. Para isso peço a ajuda do meu querido Deputado Almir Paraca, porque faltarão apenas 22 mil ligações. Com isso, pudemos buscar a informação correta de que faremos a complementação do programa não em 2010, conforme foi anunciado, mas até antes, se houver um convênio com o governo federal para se fazer a terceira etapa antes do fim desse ano.

Se for permitido, concedo aparte, com muita honra, ao Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca (em aparte) - Nobre Deputado Getúlio Neiva, inicialmente gostaríamos de cumprimentá-lo por ser o exímio orador que é, sempre presente, não só na sua base eleitoral como alcançando as questões do Estado de Minas Gerais e do Brasil, sempre com muito domínio e propriedade em todos os assuntos. Nesse caso particular, Deputado Getúlio Neiva, estamos acompanhando o Luz para Todos desde o início porque, como V. Exa. sabe, tanto a sua região, o Vale do Mucuri, como a minha, ou seja, o Noroeste de Minas, o Vale do Paracatu, o Vale do Uruçuaia, são regiões que, se não forem alcançadas plenamente pelo programa, vão perder a possibilidade de oferecer uma oportunidade concreta, real para os nossos pequenos produtores, em especial, que dependem disso para produzir o que promove sua subsistência, e não, seu conforto. Em abril do ano passado, tínhamos 146 mil cadastros no programa. O Comitê Gestor Estadual validou, naquela ocasião, 96 mil ligações. Desde então o programa esteve suspenso e está sendo retomado somente agora. Se tínhamos, na ocasião, 96 mil cadastros validados, tirando 55 mil, ficam 41 mil ligações. Há o crescimento vegetativo, que é real, que não pode ser desprezado. Então, a projeção é que, de fato, sejam mais de 50 mil.

Mas, na verdade, o que precisamos é equacionar isso. Conto com o nobre Deputado, e estaremos juntos nesse trabalho. Apenas nós dois estamos dialogando a respeito desse assunto aqui. O Deputado Weliton Prado entrou no circuito. Precisamos envolver o conjunto dos Deputados e construir a solução definitiva.

O Deputado Getúlio Neiva - Deputado Almir Paraca, fiz questão de citar seu nome porque V. Exa. tem sido porta-voz do Luz para Todos nesta Assembleia e é o homem que mais defende o programa. Com a experiência que tive como coordenador do Luz para Todos na minha região, ao longo de dois anos, me acostumei a alguns fatos e eventos mais internos da Cemig, de Furnas, e posso afiançar a V. Exa. que existem alguns entraves, que poderão até ser eliminados. O próprio Ministério exige a comprovação de que há residentes na casa a ser eletrificada. Muitas pessoas aproveitaram a situação e construíram pequenas casas, querem colocar luz no curral, o que não está dentro do programa. O contrato não permite que se coloque luz em curral. Acho até errado não poder. Por que não? É possível flexibilizar. Por que não colocar uma estrutura de energia suficiente para tocar uma fabriqueta ou alguns equipamentos? Não tenho nada contra, mas o contrato se amarra na casa habitada. Pelo levantamento que está sendo feito agora pelo governo do Estado e pela Emater, são apenas 72 mil casas habitadas. O contrato é para 55 mil. Pode ser que seja ampliado, conforme ouço o Deputado Almir Paraca dizer, e quero que isso aconteça. Mas o meu pedido com vistas à intervenção desse Deputado é para que possamos dialogar com o Diretor Regional de Furnas que trabalha na área de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, a fim de que possamos formatar um convênio mais rápido na terceira etapa. Não podemos esperar acabar a segunda para fazermos a terceira. O meu pedido é que se formate a terceira etapa, até com esses arrazoados. Se esperarmos as obras acabarem até o final deste ano, com essas 55 mil ligações, teremos aquele problema que houve no passado. A Cemig, em janeiro de 2007, comunicou que tinha terminado o contrato, e só estamos retomando o processo agora, em 2009. Tivemos praticamente dois anos de paralisação.

Em relação à responsabilidade que V. Exa. assumiu neste Plenário, de defesa do Luz para Todos, coloco-me à disposição para, junto com o Deputado Weliton Prado e outros Deputados, buscarmos um entendimento com o governo federal para formatar o convênio da terceira etapa imediatamente. Não podemos esperar, pois, no anterior, perdemos dois anos. Tenho a cópia do ofício da Cemig informando ao grupo gestor que precisava de um segundo convênio, pois não havia base legal para continuar as obras. Temos, então, de trabalhar juntos. Agradeço a V. Exa. por defender esse projeto. Fiquei esses dias em silêncio a respeito desse assunto porque a defesa de V. Exa. está muito boa. Gostaria de integrar-me a essa luta para que, juntos, consigamos esse feito. Muito obrigado, Deputado Almir Paraca.

A situação do Luz para Todos está mais ou menos clara. Muitas pessoas se aproveitaram da situação, fizeram uma porção de casas para colocar luz, e lá hoje não mora ninguém. É preciso ver essa questão, pois o convênio prevê beneficiar a residência de uma família e não qualquer casa.

Na minha cidade, a nossa Prefeita disse: "Cada casebre terá energia elétrica". Pode ser uma mansão, até o castelo do nosso Deputado, mas, se não morar ninguém, não há por que colocar luz. O convênio é muito explícito em relação a isso, quando menciona "habitação rural" e não "casa". Não se refere a casebre nem a casa boa ou ruim, mas a "habitação rural". Onde morar uma família de ruralista haverá energia elétrica. A Cemig e a Emater fizeram um trabalho magnífico e constataram que hoje são 72 mil habitações. Como há um contrato para atender 55 mil casas, ficarão poucas para o ano que vem. Com o nosso trabalho conjunto, poderemos sensibilizar o governo federal para fazer o novo convênio, pois enquanto ele não for assinado, não se podem fazer as obras. A Cemig já fez isso sozinha durante muito tempo. Lembro-me de que, desde o governo Tancredo, a Cemig faz programas de extensão de rede rural. Fiz 1.500 no meu primeiro mandato de Prefeito, de 1983 a 1988. Já no segundo mandato, de 2001 a 2004, fiz 1.097, sem o Luz para Todos. Eletrifiquei 12 Distritos e povoados de 1983 a 1988, sem o Luz para Todos, mas com o programa do governo de Minas, por meio da Cemig.

Sempre se fez eletrificação rural em Minas Gerais. Fez-se muito mais do que foi feito no resto do Brasil. Agora a nossa luta é para que o Luz para Todos não seja interrompido no ano que vem. Sabemos que 2010 é um ano eleitoral. Se deixarmos o convênio para o ano que vem, teremos problemas políticos. Não podemos misturar esse assunto de interesse da sociedade brasileira, especialmente dos produtores rurais, com o ano político. Foi por esse motivo que convoquei o Deputado Almir Paraca para trabalharmos juntos.

Gostaria, Sr. Presidente, de referir-me a dois outros assuntos, com o beneplácito de V. Exa. Conseguimos com o Governador Aécio Neves a inclusão de mais cinco Municípios da nossa região, que é de V. Exa. também, no Projeto Travessia. Estou muito feliz com essa inclusão. Acho que os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e até a parte pobre do Vale do Rio Doce deveriam estar incluídos nesse projeto, que é importantíssimo para a redenção dos Municípios, porque diminui uma parte da desigualdade existente entre a nossa região, que é carente, e as demais regiões do Estado, mais beneficiadas com infraestrutura.

Acho importante comunicar esse fato. Claro que vou divulgá-lo por meio da imprensa local e por meio do meu jornalzinho. Todos ficarão sabendo quais são os Municípios, mas estamos trabalhando para incluir outros, pois temos Municípios pobres que ainda não foram aquinhoados e precisam entrar no Programa Travessia.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero comentar que a ZPE de Teófilo Otôni abre para todos nós do Mucuri, do Jequitinhonha, do São Mateus e do Rio Doce uma perspectiva fantástica em função das possibilidades industriais. É preciso termos consciência de que, apesar de o Presidente Lula ter assinado o decreto que criou o Conselho Nacional das ZPEs, a realização da obra em si não será efetivada se a Zepex, empresa que administra a ZPE, não tiver recursos para isso.

Hoje sabemos que a Zepex está falida, devendo R\$11.500.000,00 ao BDMG, ao BNDES e ao Banco do Brasil. Ela não tem capital para fazer a infraestrutura necessária. Tenho visto no "Diário do Comércio" e em parte da imprensa de Belo Horizonte comentários sobre o assunto do ponto de vista da administração da Zepex. Eles não abordam toda a verdade. É preciso que deixem isso bem claro. O que temos dito é que a ZPE é uma luta nossa, que começamos e continuamos apoiando. Estamos solicitando apoio aos governos federal e estadual, mas existe uma situação de fato, a Zepex não têm recurso para fazer a infraestrutura da ZPE. E a sua região, Deputado José Henrique, precisa da ZPE. O Mucuri e o Jequitinhonha também precisam. Se tivermos a ZPE em Teófilo Otôni, poderemos plantar eucalipto à vontade ou outro tipo de árvore; poderemos explorar o minério de Porteirinha, Monte Azul e Rio Pardo de Minas; em cada Município da região, poderemos fazer fornos de gusa; poderemos explorar outros minérios existentes, o calcário de Poté, o caulim de Padre Paraíso e granitos, que são ocorrências com extração para encher mais de 400 carretas por dia, e levá-los para Teófilo Otôni.

Além disso, na ZPE de Teófilo Otôni, em área próxima que pode ser anexada, temos embutidos dois receptores de leite importantes, que são indústrias nacionais, e a fábrica de leite em pó já está projetada. Poderemos muito bem exportar o nosso café. De Capelinha até Minas Novas, a produção de café é exportada em grão por via de Muriaé. Olhem que descalabro, levam o café para ser exportado por Muriaé, quando se poderia fazer a transformação em Teófilo Otôni, na ZPE, implantando-se lá uma fábrica de café solúvel para exportação ou exportando-o diretamente.

Na área de carnes - boi, porco e frango -, o potencial da região poderá ser amplamente explorado, se a ZPE estiver funcionando. Mas, para funcionar, Sr. Presidente, é preciso que nós, com os pés no chão, busquemos entender que o governo federal, se quiser, pode ajudar. A Zepex tem um crédito junto ao governo federal da ordem de R\$20.000.000,00. É só fazer as contas e acertar com o BDMG. Se o governo deve R\$20.000.000,00 e a Zepex deve R\$11.500.000,00, dá para acertar essa dívida com o governo de Minas. Caso contrário, Sr. Presidente, que se entregue o controle da Zepex ao governo do Estado, por meio da Codemig, da MGI ou de qualquer empresa, porque, lamentavelmente, se continuar na situação atual, tudo estará absolutamente trancado. Não irão a lugar algum, nada acontecerá. Haverá apenas propaganda, como houve no ano passado, e continuarão dizendo que haverá ZPE, mas isso não ocorrerá.

E ousou dizer publicamente - na semana passada estive conversando com o Governador sobre essa questão, para ajudar a resolver o problema da dívida da Zepex - que não podemos ficar parados. A ZPE é um sonho de todos nós, de Teófilo Otôni e do Nordeste mineiro, e não podemos permitir que, egoisticamente, uma pessoa controle e domine uma empresa que não tem competência para instalar e fazer funcionar a ZPE. Ele é incompetente? Não é isso. Na verdade, os fatos supervenientes que ocorreram, incluindo-se o atraso na implantação da ZPE, é que deixaram a Zepex em má situação, porque desde 1994 ela já tinha sido autorizada pelo ex-Presidente Itamar Franco.

O que o Lula fez agora o Itamar fez em 1994. No entanto perdemos o bonde da história, e, para não perdê-lo novamente, é preciso ter seriedade na condução desse assunto. Ou que trabalhem com o governo federal para fazer a composição do pagamento da dívida da Zepex, ou que o governo do Estado assuma o seu controle acionário para fazê-la funcionar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, gostaria de dar continuidade, ao ler uma publicação oficial do "Minas Gerais", em que se informa sobre uma caravana do Governador na Europa, destacando que ele estará na cidade de Madri no dia 5 de maio, quando receberá prêmio, na Casa da América, em nome da Cemig. Tudo que é bom dizem ser do governo, a Cemig é do governo. Então se trata de um Prêmio Internacional reconhecendo que a Cemig fez um grande empreendimento, a Usina de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais carentes do Estado.

A reportagem diz: "O prêmio reconhece, no âmbito ibero-americano, obras públicas que reúnam, de acordo com a opinião do júri designado, grande importância cultural, tecnológica, estética, funcional e social". Na fala do Governador, ele diz: "Na Usina de Irapé, houve, além de geração de energia, grande preocupação com a questão ambiental, e em especial com a questão social".

Pudemos acompanhar, Sr. Presidente, várias audiências públicas e fomos lá, "in loco", e, em outras vezes, o pessoal veio aqui. Em relação à questão ambiental, não vou adentrar o assunto, porque tudo foi um desastre no início. Ao se fechar, as águas que estavam mais à beira formaram poças. Houve perdas de animais, abortamento de bovinos, ou seja, houve um grande problema ambiental. E a questão social não foi resolvida até hoje. Por quê? Centenas de famílias foram reassentadas, foram para áreas onde não há escola, não há estrada, numa contradição enorme até mesmo quanto à energia elétrica. Há famílias da Usina de Irapé que estão no Município de Janaúba. No Município de Montes Claros, famílias espalharam-se, ou seja, pessoas que foram criadas juntas, num espírito de comunidade, espalharam-se para todo lado. Existem problemas graves até hoje quanto ao acesso à educação, estrada, transporte escolar, e há casas que foram construídas com problemas. Portanto, dizer que essa é uma questão que está resolvida, que é exemplo - Irapé -, isso é não conhecer a realidade, é não conhecer, de fato, não só a região do repasseamento, em diversos Municípios, mas também onde estão reassentadas as famílias.

Sabemos que a Cemig produz e transmite energia. E, para a transmissão da energia, esta Casa aprovou o empréstimo, autorizou o Governador a fazê-lo, junto ao Bird, salvo engano, no final de 2007, para avançar, facilitar o programa Luz para Todos.

Justamente em um período em que o programa ficou parado. Além da produção de energia, transmissão de energia, distribuição de energia. É uma grande empresa, talvez a maior da América Latina, com todas as suas ações ou campo de atuação, que não é só na distribuição. E com grande espaço quando compra a Light do Rio de Janeiro, facilitando-se muito a distribuição porque é muito mais concentrado, se comparado com Minas Gerais. Está claro que se trata de uma empresa em que o importante para ela é lucro sobre lucro.

A empresa terceiriza os trabalhos. Temos problemas sérios aqui em Minas Gerais com os terceirizados porque ela não exige - o primeiro grande erro - compromisso dessas empresas em relação ao trabalhador. E falam que é uma empresa que está cumprindo com o compromisso social. Isso não corresponde à verdade.

De algumas empresas, mesmo privadas, em alguns lugares, já conseguimos que tivessem compromisso ao terceirizar o trabalho. Prefeituras, trabalhadores e sindicatos organizados já tiveram conquistas assim. A questão era a seguinte: "Você vai terceirizar, mas tem de garantir das terceirizadas um plano de saúde e outros direitos, como prevê a CLT". Não se entende que a Cemig, uma empresa público-privada de economia mista, não tenha como prioridade o trabalhador.

Mensalmente muitos trabalhadores da Cemig são mutilados ou mortos. O Sindieletrô tem todos esses dados. Isso acontece pela falta de compromisso nessa linha de qualificação e no rumo que ela tomou, que é o de terceirizar. Sabemos que essa linha habilitará as empresas para uma futura privatização. Esse foi sempre o rumo. O projeto do PSDB foi esse. E sempre continua na pauta. Eles não retiraram esse projeto da pauta.

Estão dando esse mesmo rumo à Copasa. E até - caso de rir - à Emater, uma empresa pública, está nessa lógica da obtenção do lucro. Temos aqui um modelo de governo - e portanto passa o modelo de Estado - que, embora diga sempre que é preciso investir menos, ou seja, menos

despesa com o Estado e mais investimento com a pessoa, isso só acontece no discurso porque a prática tem sido outra. Eles dizem que o Estado é eficiente, mas apenas para algumas coisas. Eles investem menos nas pessoas.

É uma vergonha depararmos com servidores, sobretudo nas áreas da educação e da saúde em que a frequência é maior -, cujo piso salarial está abaixo do salário mínimo. E é com esse salário que a pessoa viverá quando se aposentar. Enquanto se está na ativa, existem alguns benefícios, por exemplo, o pó-de-giz na área da educação e o adicional de insalubridade na área da saúde.

Na aposentadoria, prevalece o piso, perdem-se esses benefícios, justamente no momento em que mais se necessita deles. Quando mais se precisa de dinheiro, até por questões de saúde, é quando a remuneração final é menor. Exatamente no período da vida em que se tem mais tempo para o lazer e para as viagens, ou seja, para desfrutar o que é justo, não há recursos para isso.

Esse é o modelo de Estado existente, e essa é a relação que esse governo tem para com os servidores de Minas. Hoje participei de uma reunião na Comissão de Política Agropecuária, e constatamos as denúncias dos agricultores do interior que entregam seus produtos na Ceasa e dos agricultores que já estão num estágio mais avançado, quando conseguem agregar valor a algum produto embutido ou lácteo. Com frequência, a apreensão desses produtos é feita, e tudo é jogado fora.

Vejam a incoerência do Estado, desse modelo que aí está. De um lado, o Estado não se faz presente. Ele não faz presença com o IMA nem com a Emater para dar assistência ao agricultor, para que ele conheça o caminho a percorrer. O Estado não se faz presente para ajudar o agricultor a ter o selo de inspeção nem o favorece para obtê-lo. É um Estado ausente. Mas para multar, para fiscalizar e para apreender, aí, sim, ele é forte e presente. São multas e mais multas.

O mesmo ocorre na linha do meio ambiente para as reservas legais e para o cadastro do uso da água. O Estado não se faz presente para esclarecer e facilitar a vida das pessoas. No Ipsemg, por exemplo, existe toda uma eficiência por parte do Estado para arrecadar do servidor. No contracheque do servidor, todo mês, essa arrecadação é feita. Pega-se o dinheiro, mas onde está o Estado para disponibilizar o serviço? Muitas vezes as pessoas precisam viajar 700km para conseguir uma consulta em Belo Horizonte. O Estado está presente para arrecadar, mas, para disponibilizar serviços essenciais, é ausente.

O que é de se admirar é que muitas pessoas criticam a fala da política neoliberal, do Estado mínimo, por acharem que isso é algo ultrapassado. Infelizmente, essa está sendo a realidade, a prática em Minas Gerais: um Estado ausente, mínimo, quando se trata de serviços essenciais para seu povo, começando pelos próprios servidores, que são as pessoas que o representam.

As salas de aula, por exemplo, são algo vergonhoso, um escândalo. Neste último final de semana visitei uma escola toda de tábua. As salas de aula eram feitas de tábua. Como as escolas carecem de salas, a Diretora faz uma caixinha ou uma campanha para fazer uma sala ou uma cantina, e isso em Municípios de porte médio. A culpa disso é da ineficiência do Estado.

Em Antônio Pereira, o recurso está na caixa escolar desde 2002, para construir e reformar a escola, mas até hoje isso não aconteceu. O dinheiro está lá, rendendo juros, mas o Estado não tem essa eficiência em se tratando de serviços - e ainda é visto como modelo de gestão. É esse Estado-modelo que queremos? Um Estado que não faz um acompanhamento para saber se esse dinheiro foi destinado ou não ou se essa obra foi executada e qual o preço dela. É uma vergonha. Espero que o povo acorde em tempo e traga um outro modelo de Estado, presente de fato, desde os rincões até os grandes centros.

Com todo o respeito à área de imprensa da Casa, fizemos até uma audiência pública em que discutimos aquela ocupação no Bairro Céu Azul, mas o título da matéria publicada está assim: "Invasores reivindicam terrenos e criticam Prefeitura de BH". Vejam bem: essa foi uma ocupação legítima. O terreno é ocioso, está lá há décadas. Lá estão acampadas 1.300 famílias. É só esta a minha reivindicação: que se mudasse esse título para "ocupantes", "acampados reivindicam" em vez de "invasores". A terra, Deus criou e deixou para todos os seus filhos e filhas. A própria Constituição assegura o direito, o acesso à terra; então, é legítima essa ocupação.

Encerro com essa reivindicação, que discutiremos melhor de uma outra vez. Queremos também discutir, em uma audiência pública, a segunda fase do programa Luz para Todos, para ouvir todos os atores. Esse requerimento já foi aprovado, e minha presença na comissão foi justamente para reivindicar ao Presidente que marcasse, o quanto antes, essa audiência. Muito obrigado pela paciência, Presidente Deputado Getúlio Neiva.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos o pronunciamento de V. Exa., pedindo desculpas, porque a campanha estava no automático, não fomos nós que a acionamos. É muito bom ouvir essa fala filosófica de V. Exa., sobretudo quando inspirada em Teilhard de Chardin, o nosso jesuíta e filósofo que fala sobre a humanização do homem.

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/5/2009

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos ao Deputado Doutor Viana, que preside esta reunião ordinária, aos Deputados e às Deputadas desta Casa.

Há pouco menos de um mês a Assembleia Legislativa de Minas promoveu, em parceria com o governo do Estado, a Fiemg e o BDMG, o ciclo de debates "Minas Combate a Crise", que reuniu políticos, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir os impactos da crise financeira mundial sobre a economia mineira e contribuir na busca de soluções. Quero aproveitar esta ocasião para parabenizar a Mesa e todo este Legislativo pela iniciativa, que certamente trouxe e continua trazendo contribuição importante para que Minas, o Brasil e o mundo superem este momento difícil e reencontrem o caminho do desenvolvimento - que seja um desenvolvimento sustentável.

Mas também gostaria de chamar atenção para alguns aspectos do problema que são pouco relevados pela maioria dos debates e que têm sido tratados com propriedade pelo sociólogo Pedro Ribeiro, da PUC Minas; pelo Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e por D. Aluísio, Bispo Auxiliar da nossa Arquidiocese, que presidiu a celebração do dia 1º de maio na Praça da Cemig. Ninguém duvida da gravidade desta crise; o que se discute hoje é o caminho a tomar para sair dela.

Isso implica tanto um diagnóstico correto quanto uma opção ideológica - as ideias-força que impulsionam a ação coletiva. A pergunta-chave é: esta é mais uma crise característica do sistema capitalista ou estamos diante do esgotamento de sua capacidade de produzir e distribuir riqueza? Ou seja, trata-se de corrigir os excessos do capitalismo ou de lançar as bases de um sistema alternativo? O que torna a atual crise financeira especialmente preocupante é menos o montante das perdas financeiras e a inevitável recessão, agora em escala mundial, do que sua

conjunção com várias outras crises - de energia, ecológica, de aquecimento global e ética.

O que tem sido trazido à baila é que a teoria econômica liberal classifica como externalidades os efeitos não econômicos dos processos econômicos regidos pela lógica do lucro capitalista. Não inclui em seus cálculos de custos externalidades como produção de lixo, desperdício de matérias-primas e energia, destruição da biodiversidade, degradação dos solos e das águas, doenças - como a gripe suína, um grave problema mundial -, exclusão social e revolta dos oprimidos. O problema agora é que, a se manter a mesma lógica econômica, as externalidades se voltarão contra o sistema e impedirão o seu funcionamento. Os graves problemas ambientais, energéticos e humanos, como a violência, a miséria e a fome, estão a apontar que o sistema capitalista de mercado está prestes a esgotar sua capacidade de produzir riqueza.

Para encontrarmos soluções compatíveis com desafios tão grandes, é preciso que contemos com o envolvimento de todos, homens e mulheres. Nesta oportunidade, tendo em vista a reduzida presença feminina nos painéis do ciclo de debates "Minas Combate a Crise", realizado no Expominas, já que a Prof. Sulamis Dain, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foi a única e brilhante representante das mulheres entre os debatedores, a bancada feminina desta Casa está protocolando um requerimento no qual solicitamos a adoção de medidas que assegurem a presença de, no mínimo, uma mulher, parlamentar ou não, na formação das Mesas de trabalho de todos os eventos oficiais organizados pela Assembleia - seminários, debates e reuniões. Passo a ler o requerimento. (- Lê:)

"As Deputadas que compõem a bancada feminina desta Casa, regimentalmente apoiadas, requerem de V. Exa. a adoção de providências para que seja assegurada a presença de, no mínimo, uma mulher, parlamentar ou não, na formação das Mesas de trabalho de todos os eventos oficiais organizados por esta Assembleia, como seminários, debates públicos e reuniões especiais."

Assinam o requerimento todas as Deputadas da bancada feminina - Rosângela Reis, Maria Lúcia Mendonça, Gláucia Brandão, Cecília Ferramenta, Ana Maria Resende e esta Deputada. (- Lê:)

"Justificação: segundo dados da União Interparlamentar, o Brasil é um dos países da América Latina que tem menor participação de mulheres em funções parlamentares, ficando à frente apenas da Colômbia e do Haiti. A própria Assembleia Legislativa de Minas Gerais é um exemplo dessa pouca participação, já que, entre seus 77 Deputados, apenas 7 são do sexo feminino. Das mais de 5 mil cidades brasileiras, apenas 505 têm mulheres na Prefeitura. Em Minas, são 51 Prefeitas em 853 Municípios. Uma representatividade política tão reduzida está longe de refletir a realidade da vida social e econômica do Estado. Segundo o último censo, as mulheres são 50,52% da população de Minas Gerais. Cada vez mais, elas vêm ocupando funções de destaque.

Hoje já pilotam aviões, administram fortunas, chefiam siderúrgicas, comandam o destino de dezenas de milhões de pessoas, manifestando a competência e a habilidade do gênero feminino nos vários campos da atividade humana.

Para superar esse descompasso entre a visibilidade da atuação das mulheres na sociedade e a efetiva relevância do papel que elas exercem, faz-se imprescindível a superação de um pensamento generalizado segundo o qual a mulher não pode penetrar nos espaços de poder e decisão.

Muitas vezes, em alguns questionamentos envolvendo mulheres, não se fala como quando se referem ao homem - é fulano ou sicrano -, mas fala-se que é a mulher. Em relação ao homem, trata-se nominalmente, e não como um problema generalizado do homem.

Para isso, são necessários, além de um diálogo constante e aberto, a implementação de medidas que estimulem e destaquem a efetiva participação feminina na condução e aprimoramento da sociedade. É justamente isso que pretendemos, ao apresentar esse requerimento.

As desigualdades na participação das mulheres são persistentes e se mantêm em várias áreas, apesar dos esforços do atual governo federal em combatê-las, até mesmo com a criação de uma secretaria de Estado voltada para esse campo, com "status" de ministério.

Queremos contar com o apoio da Mesa desta Casa e de todos os parlamentares para que homens e mulheres possamos, lado a lado, construir uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Neste momento, queremos também falar a todas as mulheres que nos veem pela TV Assembleia: que possamos realmente dar a nossa contribuição, acompanhar de fato o Parlamento mineiro e, através do controle social, acompanhar todos os mandatos e contribuir para uma Minas e um Brasil cada vez mais fortes, uma sociedade mais feliz de se viver, onde todos, homens e mulheres, lado a lado, possam dar a sua contribuição e, certamente, superar esta crise. Vários especialistas já têm dito que, mesmo sendo uma crise grave, global e mundial, o Brasil tem demonstrado ter condições de superá-la, melhores condições que muitos outros países.

Sr. Presidente, tendo exposto esse assunto e aproveitando ainda o nosso tempo, gostaria de mencionar um evento que houve nesse final de semana em Betim: o 21º Betim Rural, promovido pela Prefeitura Municipal de Betim, que reuniu, neste ano, em cinco dias - de 29 de abril até domingo -, cerca de 80 mil pessoas. No último dia, com o conjunto Jorge e Mateus, estiveram presentes 32 mil pessoas, mais de 90% eram jovens.

Durante o evento, não foi registrado nenhum incidente grave. Tudo transcorreu em clima de grande tranquilidade. É impossível garantir essa tranquilidade sem a interação entre vários órgãos e entidades voltados para a segurança pública, em todos os níveis, e, sobretudo, sem a colaboração da população. Por isso, como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, gostaria de parabenizar o povo de Betim, o governo municipal, através da comissão organizadora do evento, e os órgãos e as entidades, que, com seu empenho, tornaram possível esse evento sem nenhuma ocorrência grave. Queremos agradecer publicamente e parabenizar as Polícias Civil e Militar, que fizeram um trabalho integrado e intenso, o Corpo de Bombeiros, o Juizado da Infância e da Juventude e seu comissariado, os Conselhos Tutelares, os Secretários e funcionários da Prefeitura, a empresa de segurança que fez o trabalho, em parceria com todos esses órgãos públicos, e os jovens, que souberam aproveitar bem o evento.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, foi uma experiência de construção da cultura da paz. Neste ano, também a CNBB, por meio da Campanha da Fraternidade, tem posto em pauta o tema "Segurança pública - A paz é fruto da justiça". Justiça significa dar a cada um aquilo que lhe é de direito. É isso que precisamos fazer, sobretudo com a juventude do nosso Estado e do País. Temos de proporcionar aos jovens oportunidade de educação, saúde e habitação. Além disso, não podemos esquecer o lazer, ou seja, o lazer sadio, de que possam participar, garantindo-lhes integridade física e a vida.

Concedo aparte ao Deputado Carlin Moura, nosso companheiro, cuja colaboração nos honra muito.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputada Maria Tereza Lara, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento. São temas de fundamental importância: a crise econômica - numa visão humanitária que V. Exa. expressou em seu pronunciamento - e a participação da mulher na política.

Neste momento, aproveito a oportunidade para felicitar Maria do Carmo Lara, nossa Prefeita de Betim. Tive o prazer de comparecer ao Betim Rural na noite de domingo e constatar que foi um grande evento, muito bem organizado e com grande participação do povo da cidade.

Ilustre Deputada Maria Tereza Lara, é importante relatar que a Prefeita Maria do Carmo, já na sua primeira gestão, quando governou Betim pela primeira vez, imprimiu um conceito popular de cultura e de lazer, trazendo o povo, os bairros e as comunidades para participarem. Esse é um grande avanço que a cultura popular e o lazer em Minas tiveram com a primeira gestão da Prefeita Maria do Carmo. Mais uma vez, Betim tem a felicidade de ter a Prefeita Maria do Carmo à frente do seu destino, popularizando a cultura e o lazer. Estão de parabéns toda a cidade de Betim e a Prefeita Maria do Carmo Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Muito obrigada, companheiro Deputado Carlin Moura. Realmente, a sua presença lá sempre nos honra muito. Espero que isso ocorra inúmeras vezes.

Para finalizar, quero dizer que, nesse curto espaço de tempo, ocorreu a "Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial". No próximo final de semana haverá a "Conferência Municipal da Segurança Pública". Mais uma vez, parabênizo publicamente o governo da Prefeita Maria do Carmo e toda a sua equipe, assim como todas as entidades que aqui nominamos e todo o povo por essa participação efetiva e essa construção da cultura da paz. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, já era minha intenção usar a tribuna, senão na reunião de hoje, pelo menos durante esta semana, para primeiramente agradecer aos 50 colegas que assinaram juntamente comigo o requerimento que propõe a criação de uma frente parlamentar de defesa do serviço público nesta Casa. É nossa visão e nosso entendimento que o serviço público hoje se encontra gravemente ameaçado por um modelo de gestão que não leva em consideração que a qualidade dos serviços públicos depende, em última análise, dos servidores. Essa é uma questão que poderemos tratar com mais calma ao longo da atuação da frente parlamentar.

Aproveito para apelar ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, para que, assim que for protocolado o requerimento que propõe a criação dessa frente, possamos instalá-la com a brevidade que o caso requer.

Mas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que motivou a minha vinda à tribuna foi o fato ocorrido hoje na Funed. Fui convidado para participar da assembleia de um movimento reivindicatório dos servidores dessa Fundação. A reunião ocorreu no pátio do prédio da instituição situado na Gameleira, que todos nós conhecemos. Lá havia um carro de som parado à porta, e os sindicalistas me trouxeram uma informação que me causou espécie: eles, sindicalistas, foram barrados e proibidos de participar da assembleia, mas disseram que, por eu ser Deputado, permitiriam a minha entrada; aliás, o Deputado Adelmo Carneiro Leão já estava lá dentro. Foi a informação que me deram. Com isso, já me senti bem-acompanhado, porque o Deputado Adelmo estava lá. Então, dirigi-me à portaria e, pasmem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, também fui barrado na Funed. Não adiantaram meus argumentos de que um órgão público deve também ter acesso a outro órgão público. Sequer valeu o argumento de que, investidos de representação popular, os Deputados deveriam ter acesso aos órgãos públicos estaduais. Nada disso adiantou, e continuamos sendo barrados.

Feito o anúncio da impossibilidade de minha entrada, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, de forma solidária, madura e democrática, anunciou textualmente que onde não pudesse o Deputado Sávio Souza Cruz entrar ele também não permaneceria. Ele saiu conosco, e ficamos no passeio junto com a liderança sindical.

Não quero entrar no mérito relativo a se os pleitos dos servidores são ou não justos e se são urgentes ou não. Quero buscar a solidariedade e as providências cabíveis da Casa para combater o ultraje às prerrogativas dos parlamentares. Se um Deputado não pode sequer ter acesso aos órgãos públicos estaduais, isso não limita a sua função fiscalizadora, que é constitucional? É o que venho dizendo há tempos, sobre a nossa diminuição, o nosso apequanamento como instituição, a ponto de chegar a sugerir que modificássemos a Constituição, alterando o nome desta Casa para "Assembleia Homologativa". Esse tipo de docilidade, de comportamento rastejante, menor, sabujo, leva a esse tipo de diminuição de prerrogativas e de quase ultraje da função parlamentar do Estado.

É contra isso que peço à Casa, especialmente à Mesa, ao Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, que leve esse assunto para discussão com o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, a fim de que as providências cabíveis sejam tomadas com urgência, pois o caso requer.

Gostaria de ouvir com muita felicidade o Deputado Adelmo Carneiro Leão, protagonista desse dia infeliz para a democracia do nosso Estado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)* - Deputado Sávio Souza Cruz, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, demais componentes da Mesa, meus caros colegas Deputados da Assembleia, quero manifestar aqui nesta Casa o meu mais profundo repúdio e indignação por um ato dessa natureza. Ao tratarem o Deputado Sávio Souza Cruz daquela maneira, também me dispensaram o mesmo tratamento. Tanto é que nem permaneci lá dentro, por considerar que nenhuma instituição pública pode tratar de forma diferenciada os parlamentares, porque representamos a instituição. Independentemente do partido a que pertença o parlamentar, temos que entender que ofender um Deputado no cumprimento da sua missão, da sua função, é ofender o parlamento.

Vivemos o tempo da Ditadura, um período que deixou marcas muito severas, muito graves, neste país. Quero repetir aqui o que disse lá: muito do que estamos vivendo, as mazelas, as dificuldades, os problemas, equívocos e prejuízos do Estado Democrático de Direito, são fruto daquele tempo sombrio. Lamentavelmente, estamos vivendo sob o governo de alguém que é neto de um Governador que, quando eleito Presidente da República, subiu à sacada do Palácio da Liberdade e disse: "O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade". Vemos o que está acontecendo neste Estado: estradas estão sendo fechadas, instituições sendo cercadas, tropas de choque atuando para impedir a livre manifestação das pessoas. Isso é absolutamente inaceitável; é um constrangimento que não merecemos, nós, todos os Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

É preciso salientar também - não estou aqui só para defender, como também o Deputado Sávio Souza Cruz, a condição do livre acesso dos Deputados - que o Estado Democrático de Direito não permite apartar representantes de trabalhadores, líderes de trabalhadores, representantes sindicais e militantes da causa dos direitos da saúde, que estavam lá e ficarem apartados, do lado de fora da cerca, para não dialogar, discutir e refletir sobre a realidade da saúde da Funed neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível que na Funed estejam estocados R\$400.000.000,00 em medicamentos, enquanto faltam remédios em nossas instituições. O povo está sem medicamento, pessoas que necessitam de remédio estão sem ele. Não é possível tratar essa relação sob a lógica mercadológica. O Estado de Minas e o Estado brasileiro estão sob o mando da Constituição brasileira, que diz que saúde é direito de todos e dever do Estado. Lamentavelmente, esse dever não está sendo cumprido pelo Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas está entre os Estados que afrontam a Constituição, que negociam, que se justificam diante de determinados conceitos, avaliações e conclusões, que estão fora do âmbito dos que defendem, lutam e consideram a saúde como um direito, um direito social, direito fundamental da pessoa humana.

Então, Deputado Sávio, não receba apenas a minha solidariedade. Estamos juntos aqui para exigir do governo que está conduzindo os destinos de Minas que tome providências em defesa do que o avô do atual Governador disse: "O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade".

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Adelmo as ponderações. De fato, como disse, o acesso aos órgãos públicos deveria ser público, e não apenas dos Deputados. O que ocorre em Minas é o desdobramento de um processo de exceção que vivemos, Deputado, em que a censura impera. Trata-se de uma censura econômica que se mostra mais eficaz do que a dos canhões no tempo da ditadura, em que esta Casa, docilizada, não raro se mostra de joelhos, em que o Judiciário também não enfrenta questões contrárias aos interesses do governo e o Ministério Público faz ouvidos moucos a denúncias que envolvem a condução desse governo. Esse processo não levará a bom termo. E estamos chegando a esse ponto, que testemunhamos com tristeza.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Caro Deputado Sávio Souza Cruz, Sr. Presidente, demais Deputados. Estava pensando e ouvindo o seu reclamo, Deputado Sávio, como também ouvi atentamente o Deputado Adelmo. Nós que lutamos pela liberdade ficamos indignados. O que estamos vendo em Minas Gerais é um dos maiores absurdos que podem ocorrer em um regime democrático.

Começou no dia 21 de abril, quando nós, do PMDB, fomos impedidos de adentrar a praça pública de Tiradentes. Havia um esquema de segurança jamais visto em festas como essas. O PMDB Jovem estava reunido, e, ao término da reunião, imediatamente foram constrangidos pela cúpula do governo a não participar. E de fato não participaram, porque não houve permissão. Agora a situação culminou com a sua não presença a essa reunião - até que não podemos falar em não presença. Impediram o parlamentar de participar de audiência pública.

Deputado Sávio Souza Cruz, tenho dito que o pessoal do governo perdeu o senso do limite e da responsabilidade, porque está sob o manto da imprensa, que está calada; do Ministério Público, que está calado; do Judiciário, que está amordaçado; desta Casa, que está amordaçada. Eles acham que podem fazer tudo que quiserem. Hoje fazem com V. Exa., amanhã farão com o Eros Biondini, depois com o André Quintão e o Adalclever Lopes. E já fizeram comigo, quando a Secretaria de Fazenda publicou certidão falsa, como se eu fosse grande devedor de ICMS. Pedi solidariedade a esta Casa, e nada foi feito; o ex-Presidente Mauri Torres não tomou providência alguma - na época, o Líder era o Deputado Alberto Pinto Coelho. A única atitude que tomaram foi irem lá comigo. Mas até hoje não foi apurado um dos crimes mais graves ocorridos em Minas Gerais, para me amedrontar. E agora fazem isso com o Deputado Sávio Souza Cruz.

A Casa tem de posicionar-se, tem de cobrar do Secretário de Educação, que está gastando todo o dinheiro em benefício próprio, para a sua candidatura. A denúncia do Deputado Adelmo é grave. São R\$400.000.000,00 em medicamentos! Há três ou quatro anos, tentamos instalar uma CPI quando foram perdidos, jogados fora R\$40.000.000,00 em medicamentos. E não apuraram o fato porque não permitiram. Isso é lamentável, Sr. Presidente. A Assembleia precisa manifestar-se, a Mesa tem de tomar uma decisão e pedir pelo menos uma explicação. Da forma como está, em breve não poderemos nem adentrar esta Casa. Se for da Oposição e quiser falar do Governador, não poderá entrar. Em nossa televisão, já está desse jeito. Se você falar do Governador, cortam, editam. Essa ditadura está demais!

Deputado Sávio Souza Cruz, conte com a nossa solidariedade. Vamos cobrar da Mesa um posicionamento claro, que deixou de haver em outros episódios graves como esse, o que não podemos permitir. O que aconteceu no dia 21 de abril ainda está muito recente. A imprensa nacional divulgou, mas abafaram - não sei quanto custou esse abafamento. Agora surge mais esse fato lamentável, que parece ser isolado, mas não é. As grandes falcatruas do governo acontecem nos fatos isolados.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Serei breve, Deputado Sávio Souza Cruz. Mais importante que externar nossa solidariedade é solicitar da Mesa da Assembleia e do Líder do Governo algumas justificativas, se é que um fato dessa natureza tenha justificativa. Mas, no mínimo, deve haver manifestação por parte do governo, porque não se pode cercear o direito de participar de reunião, de manifestar ou de fiscalizar de um Deputado, de uma entidade ou de um cidadão. Parabenizo V. Exa. pela firmeza. Não se trata aqui do pronunciamento de um Deputado mais governista, menos governista ou não governista. Trata-se da defesa das prerrogativas desta instituição, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Caro Deputado Sávio Souza Cruz, querido Presidente, mais uma vez ocorre um atentado, posso dizer, contra a democracia, contra esta Casa, contra o parlamento. Queria, Deputado Sávio Souza Cruz, sugerir a V. Exa. que formulasse um requerimento à Comissão de Administração Pública para que convoque não só o funcionário, não só o Diretor da Funed, mas o Secretário da Pasta, para que a Assembleia possa discutir e saber de quem esse funcionário recebeu a ordem. Presidente, sei que V. Exa. já concedeu um tempo além do permitido, quero ser bem breve, mas acho que V. Exa. e a maioria entendem que isso é contra a Casa. Tenho certeza de que esse requerimento será assinado por mais de 70 parlamentares. O parlamento foi atingido gravemente nesse episódio e está na hora de mostrar sua força, que é a democracia. Então sugiro a V. Exa. que formule o requerimento, que com certeza será assinado por todos nós, em apoio a essa audiência, pois isso foi contra o parlamento e o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Sávio Souza Cruz, esse requerimento é de fundamental importância para a defesa da democracia e das prerrogativas desta Casa, inclusive para encerrarmos esse assunto. Este governo tem demitido e perseguido sindicalistas, tem determinado, nas secretarias, a proibição do envio de "e-mails" para discutir campanha salarial. Este governo proibiu o povo de chegar até a Praça Tiradentes e agora, pasmem, quer proibir que a Casa Legislativa de Minas Gerais exerça seu papel constitucional. Portanto, fica aqui nossa solidariedade. Pode contar, no seu requerimento, com a assinatura do Deputado Carlin Moura em defesa da democracia e da liberdade.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Carlin Moura e a todos os Deputados que apartearam, àqueles que nos ouviram e àqueles que, mesmo sem nos ouvir, manifestaram intimamente um sentimento de solidariedade à Casa e à instituição. Agradeço especialmente ao Presidente Doutor Viana essa generosidade e essa benevolência do excesso do tempo. Acredito que já é mais do que hora de esta Casa se levantar da posição de subserviência em que tem se mostrado, o que nos tem conduzido a essa situação de descaso e de descrédito. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Jangrossi* - Sr. Presidente, terei de ser breve em razão do avançado das horas e do fato de que vai começar a reunião da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, mas não poderia deixar de fazer meu pronunciamento referente aos 61 anos da criação do Estado de Israel, manifestando meu repúdio a um fato ocorrido internacionalmente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, ouvintes da rádio, todos os companheiros em Plenário, manifesto-me em virtude da comemoração dos 61 anos da criação do Estado de Israel no dia 14 de maio próximo. Desde o primeiro dia, o Estado de Israel inscreveu na sua bandeira um anseio de paz com seus vizinhos, para possibilitar uma vida serena com os demais povos. O Estado de Israel tem o compromisso com a paz. De fato isso pode ser demonstrado pela retirada dos moradores e das forças israelenses da Faixa de Gaza e de parte da Cisjordânia.

Deus, ao criar o homem, deu-lhe a possibilidade de construir a paz. E Jesus ensinou: "Bem-aventurados os pacificadores". Os homens devem manter em seus corações a mensagem de paz, com o objetivo de vencer a intolerância e o ódio, colocando em prática os princípios da igualdade, da equidade, fazendo prevalecer a justiça e a liberdade dos indivíduos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foram mortos 6 milhões de judeus. Foi roubada a sua cultura; sua sociedade, mutilada. Esse terrível holocausto foi liderado pelo maior demagogo da história, que lutava pela criação de uma raça superiorariana, envenenando e enlouquecendo as massas com um único objetivo: a vingança.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU propõe a divisão da Palestina em dois Estados: um Estado árabe e um Estado judeu. Para os

judeus que haviam escapado ao holocausto, Israel é o paraíso que tanto esperam. Diante de tal acontecimento, foi reforçada a ideia do movimento sionista, que pregava a criação de um Estado nacional para os judeus. Essa comemoração vem de encontro à visita do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, prevista para o próximo dia, quarta-feira. Em virtude de protesto de evangélicos e entidades relacionadas aos direitos humanos, esse encontro foi cancelado, e também em função dos pronunciamentos do referido Presidente, envenenados de ódio, ao afirmar que o Estado de Israel deve ser destruído.

Vejam o grande absurdo da postura desse homem, que, graças a Deus, cancelou a sua viagem ao Brasil, até mesmo porque viu as manifestações deste país, que preza pela paz, pela união de todos os povos. O clamor desses povos foi maior que o protesto desse homem, que tem envenenado e tentado disseminar o ódio, mais uma vez, nos corações de todas as nações. Na ONU, esse homem fez um manifesto e muitos saíram do parlamento por não aceitarem as suas palavras.

Antônio Genaro, não podemos nos calar, o nosso povo não pode se calar, porque esse homem tem pregado e disseminado o ódio e tentado levar essa ideia de horror, assim como Adolf Hitler, que tentou dizimar, e acabou fazendo-o, mais de 6 milhões de judeus. Esse Presidente do Irã disse que não houve o holocausto, e houve sim.

Ressalto que, nesses 61 anos da criação do Estado de Israel, é celebrada a força da promessa de sobrevivência desse povo, que vive em meio à dor e ao desespero. Portanto a comemoração do aniversário de Israel tem o intuito de relembrar a vitória sobre o holocausto, o triunfo dos homens livres, resultando no renascimento dos massacrados e no florescer do deserto.

Sr. Presidente, sabemos que esse povo de Israel é bravo e tem exportado tecnologia para o resto do mundo. Já abriu os seus braços e o coração para o nosso querido Brasil. Este Deputado, os Deputados Eros Biondini e Célio Moreira tivemos a oportunidade de visitar o Parlamento de Israel e relatar as ações do nosso país, bem como mostrar a situação dos combustíveis alternativos, que é o álcool combustível de primeira linha. O Estado de Israel tem utilizado muito o óleo diesel. Mostramos-lhes a importância e a eficiência da utilização do álcool como combustível, por se tratar de uma fonte alternativa, renovável e não poluente. Demonstraram-se muito interessados na nossa cultura e na nossa tecnologia concernente ao etanol e até mesmo na ampliação das negociações comerciais.

Sr. Presidente, quero falar também a respeito de outro assunto: a pauta do café. Estivemos em Brasília, com o Secretário Gilman Viana Rodrigues, o Presidente da Faemg Roberto Simões e muitos representantes da cafeicultura mineira, bem como os parlamentares que compõem a bancada ruralista da Câmara dos Deputados, numa reunião com o Ministro Guido Mantega.

Mostramos ao Ministro a importância e a preocupação de termos um preço mínimo na pauta do café, solicitando que passasse pelo menos para R\$320,00. Temos de entender que a renegociação da dívida é uma grande preocupação dos produtores, pois eles não têm renda para pagar as dívidas. Portanto, a pauta mínima do café seria muito importante, a fim de que tivessem renda para pagar suas dívidas. Mas, infelizmente, isso não foi possível. Na semana passada, foi divulgada a pauta de R\$261,00.

Sabemos que o custo mínimo para a produção de café gira em torno de R\$282,00. Deputado André Quintão, tentamos sensibilizar o Ministro Guido Mantega, que, na hora, mostrou-se sensibilizado - não sei o que aconteceu. Ele havia entendido a importância de um preço mínimo. Não se tratava de o governo federal destinar dinheiro, mas de estabelecer uma pauta mínima para que o produtor tivesse condições de saldar suas dívidas. Repito: não sei o que ocorreu, Deputado André Quintão. Hoje a pauta mínima está em R\$261,00, inviabilizando, mais uma vez, o trabalho dos produtores de café, que ainda acreditam no setor. Sem dizer que, com o Novo Código Florestal, há o risco de serem dizimadas muitas das nossas plantações, principalmente a de café, no nosso Estado.

Sem me alongar mais, informo que discutiremos essa situação em um debate público, quando falaremos sobre o Código Florestal. Estaremos expondo a nossa preocupação e ouvindo as propostas da CNA - tivemos a oportunidade de ouvi-las lá - e as inviabilidades e incoerências do Código Florestal e até mesmo da reserva legal. Participaremos desse debate público para esclarecer um pouco a situação e mostrar aos nossos produtores que temos de agir coerentemente - e não incoerentemente, com apenas uma canetada, inviabilizando a produção no nosso país.

Sem mais, Sr. Presidente, abro mão do restante do meu tempo, porque começaremos a reunião da Comissão de Política Agropecuária, e a hora já está avançada. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Presidente, Deputado Weliton Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, quero cumprimentar os Vereadores presentes no Plenário e felicitar, na pessoa do Deputado Weliton Prado, os que travam essa importante luta na defesa dos consumidores de Minas Gerais. Isso porque os aumentos nas contas da Copasa e da Cemig mostram um desrespeito do governo de Minas para com os consumidores mineiros.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para relatar a importante visita do Sr. Orlando Silva, Ministro do Esporte. Ontem ele passou o dia em Belo Horizonte, em Contagem e em Betim. Tive a felicidade de acompanhar a comitiva do Ministro, com o Deputado Célio Moreira, e pela manhã fomos ao evento de lançamento de uma importante obra, o livro "Imagination & Inspiração". Trata-se de uma coletânea de fotos sobre estruturas tubulares de uma empresa de Minas Gerais, a Vallourec & Mannesmann Tubes, que tem sua unidade instalada no Barreiro. Essa empresa tem matriz alemã, a Mannesmann, que posteriormente se associou ao capital francês, Vallourec. No entanto, ela já adquiriu mineiridade, pois atua no Brasil, em Minas Gerais, há muitos anos e representa hoje um importante avanço tecnológico. Minas é um Estado produtor de minério de ferro, a nossa principal riqueza. Entretanto, a maioria desse minério de ferro é exportado, mandado para fora do País na forma bruta, na forma de "commodities", que é o minério sem nenhum valor agregado.

Nós, que no ano passado realizamos a discussão do "Seminário Legislativo Minas de Minas", sempre questionamos o fato de as nossas riquezas serem exportadas sem valor agregado, sem a valorização da tecnologia. Já a empresa Vallourec & Mannesmann é um exemplo de agregação de valor tecnológico no produto minério de ferro, porque é a maior produtora de tubos de aço sem costura. Esses tubos são utilizados em diversos segmentos da indústria brasileira, desde a automobilística até a de construção de ginásios esportivos. A estrutura dos tubos de aço da Vallourec & Mannesmann, por exemplo, foi responsável pela reforma do estádio de Wembley, na Inglaterra; do estádio da França, em Paris; do estádio em Munique, na Alemanha, e do estádio na África do Sul que vai receber a Copa de 2010. Também essa tecnologia de tubos sem costura foi utilizada na reforma de diversos aeroportos do mundo, entre eles o Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro; o aeroporto de Pequim; o aeroporto de Bancoc, na Tailândia, e diversos outros. Isso mostra que a tecnologia é fundamental.

Hoje, como o Brasil está se preparando para a Copa de 2014, temos de munir o País com uma infraestrutura de ginásios e de arenas esportivas modernas, a fim de receber o torcedor, o turista, e aqui, em Minas Gerais, temos uma empresa que consegue produzir essa tecnologia. Isso é fundamental, porque vincula a realização da Copa de 2014 com a geração de emprego e renda para os trabalhadores; e também com a importância de agregar valor ao nosso principal produto, o minério de ferro.

Portanto o Ministro Orlando Silva veio para o lançamento dessa importante obra, realizado no "hall" de entrada do Mineirão. O evento contou também com a presença do Deputado Gustavo Corrêa, Secretário de Esportes e Juventude de Minas Gerais, o qual anunciou a reforma do

Mineirão para receber a Copa de 2014. Foi uma importante visita, uma mostra de que o Brasil, ao se credenciar para fazer a Copa de 2014, se coloca no rol das nações modernas e se encontra hoje muito bem-preparado para o enfrentamento da crise econômica. A Copa de 2014 será um instrumento fundamental para enfrentar a crise cíclica do mundo capitalista, pois gerará empregos e renda. O Ministro também teve oportunidade de visitar Contagem. Lá foi conhecer as obras de reforma do Ginásio Poliesportivo do Riacho. Esse Ginásio passa por uma profunda reforma. Reformou-se o piso, a arquibancada, o telhado, por meio de investimento do Ministério do Esporte, que fez uma emenda para a Prefeitura de Contagem no ano passado. Trata-se de uma obra importante, fundamental, que tem contribuído muito para o esporte no Município de Contagem. Esse Ginásio estava há mais de 12 anos sem condições de uso. Graças a essa reforma, já pode e, aliás, já está recebendo etapas da Liga Nacional de Vôlei, da Liga Nacional de Basquete, além de diversos atletas em programas de preparação.

O Ministro Orlando Silva, juntamente com a Prefeita Marília Campos, visitou as obras de reforma do referido Ginásio. Na oportunidade, a Prefeita o levou para conhecer uma área localizada ao lado do Ginásio, denominada Pedreira do Riacho. Trata-se de uma antiga pedreira desativada, que tem grande área verde livre. Essa área pode ser utilizada como espaço cultural e esportivo, assim como existe em Curitiba, no Paraná, onde há espaço utilizado para lazer, entretenimento e esportes, inclusive os radicais, como o rapel.

O Ministro se comprometeu, com a Prefeita Marília Campos e ao lado do Ministério do Turismo e do Secretário de Esporte de Contagem, Albert Diniz Torres, a buscar projeto de financiamento para transformação daquele espaço em área de lazer para o povo de Contagem. Sem dúvida nenhuma, uma vez concretizada essa transformação, esse espaço será uma das maiores e mais modernas áreas de lazer, entretenimento e esporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ao lado dessa pedreira há dois campos de futebol que podem ser agregados ao sistema juntamente com o Ginásio Poliesportivo do Riacho.

É importante dizer que o momento é propício para esse investimento porque o Brasil está muito imbuído do espírito esportivo, preparando-se tanto para a Copa de 2014 como para a disputa da indicação para sediar as Olimpíadas de 2016. Hoje essa disputa está praticamente entre a cidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, e o Rio de Janeiro. Nas Olimpíadas de 2016 o futebol distribui as suas chaves, podendo ser realizados jogos fora do Rio de Janeiro. Então, Contagem se coloca também nesse circuito, e o Ministro, muito acertadamente, se comprometeu a ajudar. O Ministro também lembrou muito tanto no Mineirão quanto na visita à Prefeita Marília Campos a importância da Lei de Incentivo ao Esporte, a lei federal, que é uma lei aprovada pelo Presidente Lula, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente, que já entrou em vigor em 2008. Essa lei permite a todas as empresas que investem no esporte ter isenção de 100% do Imposto de Renda.

Para finalizar, Sr. Presidente, o Ministro, ao final da tarde, foi visitar a nossa querida cidade de Betim. Pela manhã, ele esteve com os empresários e, na parte da tarde, não poderia ser diferente, fez uma visita, juntamente à Prefeita Maria do Carmo Lara, aos trabalhadores, aos operários do Clube Desportivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, ao lado do Presidente do Sindicato, o Marcelino. Esse Sindicato desenvolve um projeto, em parceria com as escolas públicas, de incentivo ao esporte. Com a Prefeita Maria do Carmo Lara, o Ministro também viu o importante projeto que está em andamento em Betim, muito bem comandada pela Prefeita Maria do Carmo Lara. Betim é uma grande cidade e tem empresas importantes, como a Petrobras, a Regap e a Fiat Automóveis. Betim também está se credenciando para, na Copa de 2014, receber uma das seleções que farão parte da chave de Belo Horizonte. Com essas grandes empresas, Betim está sendo preparada para sediar a Copa de 2014 e para receber uma das seleções nessa ocasião.

Concluindo as minhas palavras, gostaria de agradecer a visita do Ministro Orlando Silva, a gentileza das Prefeitas Marília Campos e Maria do Carmo Lara e parabenizar, mais uma vez, a empresa Vallourec Mannesmann e toda a sua equipe, criadores, fotógrafos e os que ajudaram a construir essa obra, uma obra de grande valor que mostra a verdadeira riqueza de que Minas Gerais precisa, que é transformar o seu aço em produto agregado, com valor, com transformação e com alta tecnologia. Fica aqui o nosso registro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público das galerias, imprensa, público da TV Assembleia. É com prazer, Sr. Presidente, que retornamos a esta tribuna para, neste momento, trazer a informação de que, na manhã do dia de hoje, participamos, no auditório da Fiemg, de um lançamento que consideramos importante e que merece registro. Foi feito o lançamento do Selo de Responsabilidade Empresarial, uma iniciativa do governo do Estado, por meio do Idene, Sedvan, em parceria com o Instituto de Governança Social e o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais. É um tema que acompanhamos desde o início do mandato, sobre ele temos trabalhado, e que diz respeito a essa cooperação, às chamadas alianças intersetoriais, entre o primeiro setor - o Estado -, o segundo setor - a iniciativa privada -, e o terceiro setor, que é composto pelo conjunto das organizações da sociedade. Sabemos que esse tema é fundamental, decisivo, cresce em importância no mundo inteiro e tem merecido atenção e destaque por parte das grandes empresas, das grandes corporações. As políticas corporativas também têm assumido essa discussão quando se trata da sustentabilidade. Hoje está convencionado que não é possível discutir efetivamente sustentabilidade sem discutir essa relação fina entre o poder público, a responsabilidade corporativa e socioambiental e a parceria, a participação da sociedade, por meio das suas organizações. Portanto, quando o governo do Estado de Minas Gerais lança um selo para premiar, para estimular e apoiar a responsabilidade empresarial, precisamos registrar e parabenizar o governo pela iniciativa, de maneira particular a Deputada Elbe Brandão, Secretária do Idene.

Entendemos que a responsabilidade empresarial, apesar de estar crescendo, como já dissemos, vem merecendo atenção e deve ser objeto de debate e aperfeiçoamento. Infelizmente, o que muitas empresas e organizações apresentam como responsabilidade empresarial não tem o alcance que o conceito implica: uma ação articulada com diversos agentes e atores das comunidades em que as empresas atuam, que tenha o componente de sustentabilidade muito claro e que aponte para o fortalecimento da participação social, da autonomia e da independência das comunidades e, acima de tudo, para o respeito às questões ambientais.

Esperamos que esse selo seja razão de estímulo e incentivo para que o setor empresarial de Minas Gerais avance na responsabilidade socioambiental, a exemplo do que está sendo feito na minha querida Paracatu, minha cidade natal, tentando envolver em uma mesma discussão as mineradoras - a Rio Paracatu Mineração e a Companhia Mineira de Metais, do Grupo Votorantim -, diversos outros setores empresariais, o poder público e a sociedade, para construir um projeto de desenvolvimento sustentável que aponte para 30 ou 50 anos à frente, de modo que consigamos apoiar efetivamente a diversificação do setor produtivo para fazer frente àquilo que é inevitável e que já está datado: o fim da exploração mineral no Município de Paracatu. Isso, sim, pode ser classificado como responsabilidade empresarial e como responsabilidade socioambiental. Sabemos que o setor da mineração, tão forte e presente em Minas Gerais, precisa muito avançar nesse conceito. Temos recebido permanentemente nesta Casa - de maneira especial, na Comissão de Meio Ambiente - denúncias sucessivas de agressão ambiental e de desrespeito à legislação ambiental praticados por empresas que atuam na área da mineração. Assim, parabenizamos mais uma vez o governo do Estado pela iniciativa, esperando que, lançado o Selo de Responsabilidade Empresarial, ele seja um alento e um estímulo para o aperfeiçoamento da responsabilidade empresarial no Estado de Minas Gerais.

Gostaríamos ainda, Sr. Presidente, de registrar, com pesar, o falecimento de um grande dramaturgo brasileiro e um grande companheiro, se podemos assim nos referir ao nosso amigo Augusto Boal. Nós, que militamos nos campos social e político associados com a compreensão de emancipação do povo brasileiro, temos de registrar o grande legado de Augusto Boal ao Brasil. Não foi por acaso que recentemente, agora em março, Augusto Boal recebeu da Unesco o título de Embaixador Mundial do Teatro. Falamos de um brasileiro que militou no teatro - no teatro popular - e que criou o Teatro Fórum, o Teatro do Oprimido e o Teatro do Legislativo, este quando exercia o mandato de Vereador, pelo PT, na cidade do Rio de Janeiro.

Do Teatro do Legislativo, que foi uma técnica desenvolvida por Augusto Boal para discutir as questões políticas e sociais da vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro com os mais diversos públicos e comunidades, surgiram 13 projetos de lei apresentadas por Augusto Boal na Câmara

Municipal do Rio de Janeiro.

Augusto Boal iniciou sua militância cultural em um tempo que antecede o golpe militar de 1964, naquela ebulição e fervor cultural. Ele foi perseguido pelo regime militar, preso e torturado. Viveu no exílio durante muitos anos e, ao retornar ao Brasil, após a anistia, já o faz como grande dramaturgo, diretor de teatro e ensaísta, trazendo colaborações muito ricas para o teatro do Brasil e do mundo.

Nós, que tivemos oportunidade conhecer de perto a técnica, a prática e a aplicação do Teatro do Oprimido e do Teatro Fórum nos meios populares de Minas Gerais, associados com os trabalhos das comunidades de base da Igreja Católica e outros movimentos sociais, sabemos que a técnica apresentada por Augusto Boal continua plenamente atual e merece atenção especial, para que seja disseminada e aplicada. Portanto, carece de uma política cultural que a estimule a ser exercitada da maneira como foi concebida, para ser um instrumento de libertação e de emancipação de todos aqueles segmentos sociais que demandam essa qualificação, que se encontram oprimidos, excluídos e fora dos direitos plenos da cidadania.

Sr. Presidente, concluímos nosso pronunciamento com esse reconhecimento ao legado do grande dramaturgo Augusto Boal. Sabemos que toda a esquerda mundial reconhece que seu legado é fundamental, pois atualizou todo esse vínculo cultural com os processos de libertação e emancipação no Brasil e no mundo. Muito Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Cumprimos o Deputado Almir Paraca, Líder da Minoria nesta Casa, e deixamos nosso reconhecimento ao trabalho do Deputado e sua preocupação com as questões ambientais e movimentos sociais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Deputado Weliton Prado, é uma alegria falar sob a Presidência de V. Exa., destacado membro do Legislativo mineiro, cuja atuação aplaudo e invejo. Hoje, estou meio de ressaca em consequência das conversas que tive no primeiro dia do congresso de Prefeitos em Minas Gerais, o XXVI Encontro da AMM. Centenas de Prefeitos estiveram presentes, com uma abertura um pouco chocha, com Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Presidente da Cemig; enfim, só havia vices comandando.

Achei um desprestígio tremendo para com os Prefeitos. Uma situação muito ruim, muito chata. Acho que a AMM, ao encerrar o mandato do nosso companheiro Celso Cotta, não conseguiu talvez marcar uma data inteligente, que pudesse contar com a presença, até, da Ministra Dilma Rousseff, que era esperada e não pôde comparecer.

Repercutiu na reunião dos Prefeitos a questão do repasse do FPM, que ainda não foi acertado pelo governo federal. Estima-se que o Congresso libere essa medida provisória e que os acertos sejam feitos ainda em maio, para tirar as Prefeituras da situação dramática em que se encontram.

Temos que olhar um lado e outro, e lamento, no entanto, que os pacotes de bondade às vezes não alcancem o seu objetivo. O Presidente Lula lança o programa de um milhão de habitações, e, na verdade, corremos o risco de não termos nem 100 mil casas prontas até o ano que vem. Há 15 dias fiz aqui um pronunciamento mostrando que o grande drama da construção de habitações não é a casa em si, mas a infraestrutura para instalar a casa. Com as Prefeituras falidas, não há como os Municípios doarem terreno, fazerem a sua preparação, o levantamento topográfico, o arruamento, colocar rede de água, de esgoto, energia elétrica, calçar, para construir as casas. Se as casas custam em torno de R\$25.000,00 - barato para uma casa popular de apenas um quarto -, o Prefeito gasta R\$40.000,00, R\$50.000,00 na infraestrutura de cada casa. Disse, em alto e bom som, que via com bons olhos o programa de um milhão de novas habitações, mas que a ótica apresentada pelo governo federal estava caolha, porque era possível que se montasse um programa mais realista olhando-se a realidade de cada Município, de cada cidade.

Começamos a discussão e a briga quando a Ministra disse que ia construir casa apenas em cidades com mais de 100 mil habitantes. Todo mundo achou um absurdo, até o Vice-Presidente da República se posicionou contrariamente à ideia, porque o objetivo de se criarem novas habitações não é concentrar as pessoas nas cidades-polo ou na Capital, construir megalópoles e continuar acelerando a urbanização. É pelo menos tentar reter, nas pequenas cidades, nas vilas e nos povoados, as famílias que querem por lá permanecer e que lá são produtivas, para que não se transformem em um peso social nas grandes cidades ou na Capital.

Vejam manchete de jornal desta semana: "Prefeitos travam o novo pacote de Lula". Há um editorial do jornal "Hoje em Dia" mostrando que na Grande BH não será construída quase nenhuma casa, porque não há terreno. E mesmo havendo terreno, há Prefeito da região metropolitana que fala que a contrapartida o assusta, pois terá que gastar mais do que o preço da casa para construí-la.

Sugerimos, Sr. Presidente, e continuamos a sugerir. Quem sabe valeu aquela diatribe que fizemos aqui, discutindo e falando que não aceitávamos a ideia de fazer casa apenas em cidades com mais de 100 mil habitantes? A exigência foi reduzida para cidades acima de 50 mil habitantes. Agora, adotaram já a ideia de fazê-las em todas as cidades. Vou além: acho que têm que ser feitas em todos os povoados, Distritos, vilas, mas nas áreas já urbanizadas. Existe muito mais de um milhão de lotes já urbanizados na estrutura urbana das vilas, Distritos, povoados e pequenas cidades do Brasil. Por que essa história de querer fabricar a casa, quando se pode muito bem transferir à Prefeitura ou diretamente ao próprio futuro usuário o recurso financeiro para fazer a casa no terreno que já possui?

Dou o exemplo da minha cidade, Teófilo Otôni, onde há mais de 3 mil lotes urbanizados e escriturados em nome da pessoa que ficou a vida inteira juntando um dinheirinho para pagar a prestação do lote, mas que nunca terá acesso à construção da casa se não aproveitar um programa como esse, lançado pelo Presidente Lula. Temos um programa de um milhão de habitações e podemos acelerá-lo violentamente, fortemente, se enxergarmos a questão sem a vista caolha de Brasília.

Brasília não conhece o Brasil. É impressionante como aqueles gabinetes de Brasília - aliás, já estive lá, pois fui Deputado Federal -, aquela ilha da fantasia imagina investimentos públicos sem racionar e ouvir a base da sociedade, que é o Município. Não prestam atenção no que ocorre nas pequenas vilas e nos pequenos Municípios e povoados, onde as pessoas são produtivas. Estimula-se a fuga delas para ganhar uma casa numa cidade-polo ou numa Capital. Isso já ocorreu de forma exagerada no Brasil. Mesmo no tempo do BNH tínhamos os estímulos para a construção de conjuntos habitacionais, de prédios, quando, na verdade, podem-se construir casas mais condizentes com a realidade de cada localidade dentro do princípio de atender àqueles que já tiveram o esforço de somar, ao longo da sua vida, poucos recursos e comprar seu lote. Isso não pode ser feito com a casa, pois obriga-se a construir um conjunto habitacional. Então, continuam com o lote, mas sem ter a casa. Quando poderão morar no lote?

É preciso que despertemos e discutamos esses assuntos para que alguém nos ouça. Não sei se alguém me ouviu. Só sei que a grita foi geral. Cidades acima de 100 mil habitantes caíram para acima de 50 mil. Então, agora já se pode atender a qualquer cidade. Todavia, estou apelando novamente, pois precisamos descer essa instrução para possibilitar a construção em vilas, povoados e roças. O cidadão, às vezes, mora numa casa de taipa que propicia o surgimento de doenças, principalmente de Chagas, que, aliás, ainda viceja, de maneira forte, especialmente no Nordeste brasileiro e na nossa região do Jequitinhonha e do Mucuri. Esse é o aspecto que gostaria de levantar hoje em defesa dos interesses dos Prefeitos que estão em Belo Horizonte.

Sr. Presidente, outro aspecto que gostaria de focar é o que o Congresso Nacional está tratando hoje. Em 2007, tivemos no Plenário desta Casa uma discussão forte e intensa em relação aos grampos praticados pelo Ministério Público, da central de grampos aqui na esquina da Avenida Álvares Cabral. Todos os Deputados estavam grampeados. Aliás, não sabemos quantas milhões de pessoas estão grampeadas no Brasil. A nível nacional, a CPI dos Grampos caminha sem resultado muito prático. Todavia, pelo menos um aspecto interessante surgiu esta semana. Até a Polícia Rodoviária Federal faz grampo no Brasil. Estamos passando por um estado policialesco, em que a Polícia Federal é mais importante do que o Ministério da Justiça e qualquer pessoa de qualquer nível do Poder Executivo ou Judiciário pode fazer grampo do cidadão e investigar a vida de qualquer um. Fico pensando se o George Orwell estava certo ou não quando aventou a possibilidade do grande olho que vê todo o mundo. Estamos tendo a nossa vida devassada. Nenhum cidadão brasileiro tem mais condição de dizer que tem absoluta confiança da sua vida pessoal, pois hoje qualquer pessoa pode ser investigada. Até a Polícia Rodoviária Federal está fazendo grampo! Por determinação da CPI, uma das recomendações é que a Ministério da Justiça proíba a Patrulha Rodoviária Federal de fazer grampo, pois isso não é função dela. Portanto, hoje está havendo um gigantismo inexplicável do estado policial no Brasil, onde o Ministério Público se apodera de funções da Polícia Judiciária e se torna também policial. Além disso, a própria Patrulha Rodoviária Federal, que tem de cuidar das estradas, dos crimes em estradas, prevenir, ajudar a melhorar o tráfego e o trânsito nas estradas brasileiras, faz grampo neste país.

Veja, Sr. Presidente, que coisa estranha. Surgem aí os jornais com as grandes manchetes, como esta do dia 7 de maio: "A Polícia Rodoviária Federal investiga e prende traficantes".

Polícia Rodoviária Federal prendendo traficante dentro das cidades! E uma outra operação da Polícia Rodoviária Federal que apreendeu bens das famílias dos Bispos da Igreja Apostólica Renascer. Isso é função da Polícia Rodoviária Federal? Não estou dizendo que ela não deve fazer isso, que ela não deve investigar, mas é sua função investigar a feira livre dentro da cidade de Brasília? A Polícia Rodoviária Federal investigando e prendendo pessoas na feira livre de Brasília, a famosa feira do Paraguai de Brasília.

Estamos num momento muito complicado da vida nacional. Vemos que, numa primeira fase, o governo federal, o Executivo, foi acusado do mensalão, e o Lula saiu-se muito bem. Como sempre, ele colocou a culpa nos aloprados. Depois veio a devassa sobre o Poder Legislativo. O Congresso Nacional foi devassado; mais recentemente, também o foi o Tribunal de Contas do Estado; e, agora, o Supremo Tribunal Federal, nas disputas internas. Como jornalista, digo e repito: é importante demais a transparência. É importante que a TV Assembleia, a TV Câmara, a TV Senado e as várias emissoras de televisão transmitam as sessões do Judiciário; que mostrem com clareza tudo que acontece no Brasil dentro dos Poderes, porém, não temos como investigar o gabinete do Ministro ou do Secretário de Estado. Não há câmaras para a transmissão ao vivo. Então esse é um tratamento desigual. Por que se instalou, em um andar inteiro do prédio do Ministério Público em Minas Gerais, uma central de grampos com a ajuda da polícia? A Polícia Militar fazendo a central de grampos. Ora, gostamos muito de liberdade, e Minas Gerais é o palco dos homens que sempre lutaram por ela. Que tipo de liberdade nós temos? Se hoje qualquer cidadão, Juiz, Promotor de Justiça e até policial rodoviário federal pode fazer escuta telefônica, como vai ficar a vida do cidadão?

Faço esse questionamento, em função dos fatos que estão acontecendo hoje. Minha preocupação permanente é com a manutenção do Estado Democrático de Direito. Sou advogado, de origem, e não há como imaginar o Estado de Direito quando pessoas que fazem parte de um órgão público, que nem é um poder - por exemplo, o Ministério Público não é um poder, mas um órgão do Poder Executivo -, interferem no Legislativo e no Judiciário. A patrulha - como chamávamos antigamente a Patrulha Rodoviária Federal de hoje - tem integrantes maravilhosos, e nós parabenizamos a atuação deles. Ela criou um grupo especial para fazer escuta telefônica e para participar de investigações policiais dentro das cidades. A Polícia Rodoviária Federal é um pequeno órgão do Ministério da Justiça. E o Sr. Tarso Genro faz vista grossa e permite que ela faça escuta telefônica? É brincadeira! Este país assegurará, em seu futuro, o pleno Estado de Direito? Vamos ter o Estado de Direito? Lutei muito contra a Ditadura e também sofri muito. Fui preso três vezes e não quero uma ditadura policial! Tivemos uma ditadura do Exército Brasileiro que não contou com a adesão da maioria dos militares. Lembro-me de que foi um General do Exército Brasileiro que me tirou da cadeia; caso contrário, talvez, teria sido morto, assim como vários companheiros, porque acreditava no Estado Democrático, acreditava na liberdade.

Hoje está desenvolvendo-se no Brasil o Estado policial, e essa é a minha preocupação, Sr. Presidente. Nós, que fazemos parte da esquerda brasileira - uns mais da esquerda que os outros -, que sonhamos com uma democracia plena e absoluta, que lutamos pelos direitos do cidadão, temos de realmente nos preocupar, especialmente o Legislativo, que é a Casa do povo, cujos representantes são eleitos diretamente pelos cidadãos. Temos de falar, dizer as verdades, expor essas realidades, para advertir as pessoas.

Não nos calemos. Pode ser até que a nossa democracia degradingole, que percamos as nossas liberdades, que o Estado policial vigore, mas isso não irá acontecer sem que falemos.

Sr. Presidente, darei o último exemplo para encerrar o meu pronunciamento. Os Prefeitos estão mais apertados não é por causa da queda do FPM nem por causa da queda do ICMS, mas, sim, em virtude do INSS, que está roubando dinheiro dos Prefeitos. Roubando! O INSS deve às Prefeituras do Brasil R\$35.000.000.000,00, e os Prefeitos devem ao INSS R\$32.000.000.000,00. E não vamos ao Congresso reagir para fazer a conta chegar. Por que não fazer esse acerto? Por que penalizar eternamente com execuções os Prefeitos, que são a base da sociedade brasileira? Veja, Sr. Presidente, que não falo isso apenas por falar. Tenho um exemplo pessoal. Fui Prefeito por duas vezes de uma cidade-polo e cometi o "crime" de questionar na Justiça o que o INSS cobrava da minha Prefeitura. Um crime! Defino assim a situação porque imediatamente o INSS ajuizou ações contra mim. Em 3 de outubro do ano passado, às vésperas das eleições em que era candidato, a minha conta pessoal foi bloqueada pelo INSS na Justiça, para pagar dívidas da Prefeitura. Todos os Prefeitos estão correndo esse risco.

Nesta Casa, há cinco Deputados ex-Prefeitos, que tiveram suas contas bloqueadas pelo INSS. Fico com pena dos Prefeitos. Estavam numa festa bonita ontem, todos festejando, comemorando um grande encontro, e quem vai defendê-los contra o INSS? Sou eu? Não, teria de ser o Deputado Federal dele, um Senador da República eleito por nós. Mas não posso me calar, pois estou vendo companheiros meus com problemas sérios e graves em relação ao INSS. Há retenções do FPM que chegam a 50% do arrecadado pela Prefeitura. Como o Prefeito conseguirá manter os serviços públicos?

Essa questão, Sr. Presidente, é grave. Portanto, quando não estiver na Presidência, conclamo a presença de V. Exa. no Plenário para debater esse assunto conosco. Não podemos permitir que isso aconteça. Sei que o Deputado Wander Borges, a quem concedo aparte, também concorda conosco.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Para mostrar que concordo com o nobre Deputado, quero rapidamente dar apenas um exemplo. Uma cidade de porte médio, que pegamos agora, que recebeu R\$1.725.000,00 de FPM em janeiro, recebeu R\$1.300.000,00 em março. Imaginem, são praticamente R\$500.000,00, só de FPM, que estão deixando de entrar na caixa da Prefeitura. Fruto de quê? Da isenção do IPI e, sobretudo, da desaceleração da economia. Na outra ponta, notamos a questão do ICMS. Isso que está acontecendo é inadmissível. As Prefeituras não têm como arcar com seus custos fixos. Tem de haver uma mudança. O governo federal tem de acenar com uma parcela de reposição dos valores que foram efetivados no ano passado.

Portanto, V. Exa., em sua fala, é muito prudente. Assim, queremos apoiar esse encaminhamento, nessa luta municipalista. Muito obrigado, Deputado Getúlio.

O Deputado Getúlio Neiva - Sou eu quem agradece, Deputado Wander Borges. Na verdade, tenho certeza de que V. Exa. - por sinal foi muito bom como Prefeito e, pelo prestígio que tem em Sabará, voltaria quantas vezes quisesse - comunga conosco, municipalistas, dos mesmos

ideais. O Município precisa ser mais respeitado. Disse e repito, Sr. Presidente, e de forma clara: a partir da Constituição de 1988, o Município é parte da Federação, o Estado é parte da Federação.

O governo federal não tinha o direito de dar isenção dos tributos compartilhados pelos Municípios sem ouvir esta Casa ou o Congresso Nacional. O governo do Estado também não poderia dar isenção ou dilatar os prazos de recolhimento de ICMS para prejudicar os Prefeitos sem ouvir a Assembleia de Minas. Cobramos do governo federal a reposição imediata do que foi retido - cerca de R\$1.000.000.000,00, que não cobrirão. Alguns Prefeitos estão achando que receberão de volta tudo o que foi retido, mas não receberão. Da mesma forma que cobramos do governo federal, Sr. Presidente, queremos cobrar do governo estadual a reposição do ICMS, aquela parte em que foi feita dilação do prazo para pagamento no ano passado. Se ela não entrar, o Estado deve fazer imediatamente a conta do prazo de seis meses que concedeu para o recolhimento do tributo. Se não repuser imediatamente o recurso para as Prefeituras, haverá um desastre no que diz respeito ao desemprego no interior de Minas Gerais. Infelizmente, o IBGE e os órgãos de pesquisa só consultam as Capitais: desemprego em Belo Horizonte, desemprego em Salvador, desemprego em São Paulo, desemprego no Rio de Janeiro. Mas, nas pequenas cidades, não pesquisam o tamanho do rombo causado pela crise. E a crise não é culpa delas. As cidades trabalharam e produziram. O governo tem de preocupar-se com a reposição, até porque fez apropriação indébita de recursos dos Municípios tanto por meio do INSS quanto por meio da retenção e da isenção do IPI. Isso é apropriação indébita! Em palavras mais singelas, é roubo. Os Municípios estão sendo assaltados pelo governo federal e também pelo governo estadual quando ocorre dilação de prazo e não se recompõe o rendimento que o Município precisa ter. Disse e repito: nós, Deputados, temos o dever de defender os Municípios porque são a base da Federação brasileira. E eles não podem ficar igual a vaca, que não sabe o peso de seu coice e, por isso, deixa tirar seu leite. É preciso reagir!

Ontem o Congresso foi uma beleza! Todo mundo puxou o saco de todo mundo, ninguém exigiu nem pediu nada. Não ouvi ninguém gritando contra nada. Vou lá hoje, à noite, para ver se alguém grita contra alguma coisa. Apresentar apenas um papel com reivindicações é muito pouco. Se algum Prefeito estiver me ouvindo, peço desculpas. Vocês precisam ser mais fortes nas reivindicações, para defender seus interesses. Esta é a hora!

Se até 15 de maio o governo federal não repassar os recursos, teremos uma hecatombe municipal. Será pepino em cima de pepino, problema em cima de problema. Não gostaria de ser omisso num momento difícil como este da vida nacional, especialmente para aqueles que constroem o futuro deste país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Cumprimento o Deputado Getúlio Neiva. O Congresso da AMM prossegue amanhã. Conversando com alguns Prefeitos, pude perceber o sentimento geral de revisão do pacto federativo. O cidadão mora e vive no Município, grande parte dos recursos é arrecadada nos Municípios, e infelizmente o bolo é mal distribuído. Existe um movimento muito forte, em todo o País, para lutar em prol dos 25%. A injustiça é muito grande. O Estado distribui 25% dos recursos arrecadados para 853 Municípios. Sozinho, o Estado fica com 75%. É preciso rever cuidadosamente o pacto federativo. Os Municípios assumem muitas atribuições da União e do Estado. Este é o momento de os Prefeitos discutirem e apresentarem propostas em defesa do povo, principalmente dos mais necessitados. Parabênz todos os Prefeitos, os Vice-Prefeitos, os Vereadores, as lideranças políticas, os parlamentares da Assembleia Legislativa pela presença no Congresso da AMM. O Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia, compôs a Mesa de abertura dos trabalhos.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/5/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando, a partir 11/5/09, Afrânio de Menezes Apolinário do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir 11/5/09, Dilson Alves de Paiva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir 11/5/09, Elenice Madalena da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando, a partir 11/5/09, José Geraldo Magela Macedo do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando, a partir 11/5/09, Lúcia Aparecida Feliciano de Campos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir 11/5/09, Sandro Gonçalves de Abreu do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando, a partir 11/5/09, Shirley Fioraso do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Afrânio de Menezes Apolinário para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Dilson Alves de Paiva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Elenice Madalena da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Gilson Pimenta Ramos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando José Geraldo Magela Macedo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Lúcia Aparecida Feliciano de Campos para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Sandro Gonçalves de Abreu para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Shirley Fioraso para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Afonso Arinos de Campos Gandra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Ângela Maria Freire Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ana Luiza Azevedo Muzzi para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2008

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de flores e ornamentação. Pregoeira vencedora: Via das Flores Ltda.

Belo Horizonte, 8 de maio de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2008

Objeto: prestação de serviço móvel pessoal - SMP.

Tendo em vista a desclassificação de todas as pregoiras participantes do pregão supracitado, o pregoeiro declara o certame fracassado.

Belo Horizonte, 8 de maio de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2009

Objeto: contratação de profissional ou empresa especializada no ramo, para execução de projetos de cenários. Pregoeira vencedora: Diviplan Forros e Divisórias Planejadas Ltda. ME.

Belo Horizonte, 8 de maio de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

ERRATA

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/5/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 8/5/2009, na pág. 65, col. 3, sob o título "Ofícios", no resumo dos ofícios da Sra. Renata Vilhena, onde se lê:

"3.115", leia-se:

"3.114".